

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica, bem como prover as informações necessárias à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de instalação, configuração, customização, suporte técnico e atualização de versão dos Portais Internet e Intranet do TCDF, na tecnologia Liferay Community, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações descritas neste Estudo Técnico Preliminar.

Inicialmente, ressalta-se que o serviço atual de gerenciamento dos Portais Internet e Intranet do Tribunal apresenta alguns problemas e/ou limitações de ordem operacional, econômica e de segurança da informação, conforme será discutido no Item 2.1 deste ETP. Resumidamente:

I) O portal hoje existente, cuja ferramenta de gestão de conteúdo para portais corporativos utilizada é o Wordpress, já se mostrou vulnerável em termos de segurança de dados.

II) O atual Portal do TCDF foi elaborado inteiramente por recursos próprios do Tribunal, sendo que não existe, atualmente, servidores dedicados às atividades de suporte e desenvolvimento na plataforma.

III) A plataforma Wordpress necessita da aquisição de diversos *plugins*, bancos de imagens, templates e outras ferramentas análogas, cujo fornecimento por meio de empresas intermediadoras é praticamente inexistente, sendo necessária a aquisição diretamente com fabricantes internacionais, em moeda estrangeira, o que torna todo o fluxo mais complexo e oneroso.

IV) O Portal atual necessita da implementação de diversas funcionalidades no sentido de atender às necessidades legais de Acesso à Informação e de proporcionar um meio eficaz para melhorar a transparência, eficiência, segurança e engajamento do cidadão, alinhando-se com as melhores práticas de governança digital.

2. DA IDENTIFICAÇÃO DA MELHOR SOLUÇÃO**2.1 – SITUAÇÃO ATUAL**

A demanda constante pela eficiência na administração pública, aliada à dependência global por

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

softwares e sistemas de tecnologia da informação, além da crescente velocidade de evolução de tais tecnologias, trazem a necessidade de se manter um contínuo processo de inovação nos serviços de informações digitais no âmbito do TCDF. Soma-se a este fato a necessidade de atendimento aos dispositivos legais que versam sobre a promoção da transparência e o acesso à informação¹, bem como sobre a promoção da eficiência na administração pública², o que demanda desta Corte de Contas providências no sentido de desenvolver ferramentas que permitam facilitar o acesso público a informações institucionais, processos de controle externo, decisões e atos administrativos diversos, sem abrir mão dos requisitos de segurança da informação e proteção de dados.

Neste contexto, a presente contratação, visando o desenvolvimento de um portal eletrônico para o TCDF (Portais Internet e Intranet), objetiva não apenas atender às necessidades legais, mas também proporcionar um meio eficaz para melhorar a transparência, eficiência, segurança e engajamento do cidadão, alinhando-se com as melhores práticas de governança digital³.

¹ A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação, e a Lei nº 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal, visam assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II – divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações; III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V – desenvolvimento do controle social da administração pública.

² A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão. Dentre os princípios mencionados em referido normativo, destacam-se (i) a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis; (ii) a disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos; (iii) a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial; (iv) a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços; e (v) o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública.

³ De modo geral, merecem destaque os seguintes pontos:

1. Transparência e Acesso à Informação

Promoção da transparência: um portal moderno e bem estruturado serve como um veículo para a promoção da transparência, um dos pilares fundamentais dos órgãos de controle. Facilitar o acesso público às informações, relatórios, decisões e atos administrativos contribui para uma sociedade mais informada e participativa.

Cumprimento de normas: atende às exigências legais e normativas sobre transparência, acesso à informação (Lei nº 12.527/2011 e Lei nº 4.990/2012) e governo eletrônico, garantindo que o TCDF esteja em conformidade com a legislação vigente.

2. Eficiência e Modernização

Processos mais eficientes: a automatização dos processos internos por meio de um portal moderno significa um grande avanço na eficiência operacional, reduzindo tempos de processamento e custos.

Modernização da infraestrutura: o desenvolvimento de um novo portal é uma oportunidade para modernizar a infraestrutura de TI do TCDF, incorporando tecnologias mais recentes e seguras, que podem oferecer melhores serviços tanto para os cidadãos quanto para os servidores.

3. Interatividade e Serviços Online

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

O Liferay Community, comunidade reunida em torno do Liferay Portal, envolve um portal corporativo livre e de código aberto escrito em Java, fornecendo um gerenciador de conteúdo profissional e oferecendo documentação gratuita para seus usuários. O Liferay Community Edition tem se mostrado uma Plataforma robusta e segura, que entrega facilidade de uso com foco em melhorar a experiência do usuário, permite acessos simultâneos sem perder a eficiência e ainda garante a economicidade para a administração pública, visto se tratar de software livre e de código aberto, beneficiando-se ainda da inovação e das contribuições da comunidade científica, quesito de flexibilização que resulta na disponibilidade mais rápida de novas funcionalidades e na correção de *bugs*.

A contratação aqui exposta, além de propiciar o desenvolvimento de novas soluções digitais para automatizar e escalar o atendimento e a prestação de serviços no ambiente digital do TCDF, está alinhada ainda com o Planejamento Estratégico do Tribunal - que vem desenvolvendo nos últimos anos um conjunto de ações com vistas ao alcance da excelência no serviço prestado à sociedade – e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Dando seguimento, o portal hoje existente no Tribunal, cuja ferramenta de gestão de conteúdo para portais corporativos utilizada é o Wordpress, já se mostrou vulnerável em termos de segurança de dados, a exemplo da invasão sofrida no Portal da Secretaria de Saúde do Distrito Federal em meados de março de 2022, conforme Relatório SEI-GDF n.º 9/2022 - SEEC/SPLAN/SUTIC/UPLA/COCED. Após referido caso, mais de 100 (cem) Portais do GDF estão sendo migrados para a Plataforma Liferay Community Edition, através de contratação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAG-DF (Pregão Eletrônico nº 0063/2023; Processo SEI 00040-00018829/2022-33). Além dos Portais GDF, tratativa semelhante vem sendo dada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF (Pregão Eletrônico nº 0045/2021; Processo SEI 00001-00011851/2021-92), Presidência da República (Pregão Eletrônico nº 30/2017; Processo 00034.000114/2017-19) e inúmeros outros Órgãos da

Serviços online: um portal inovador pode oferecer uma gama de serviços online, facilitando a interação dos cidadãos com o TCDF, como submissão de documentos, consultas de processos e otimização dos serviços de ouvidoria, sem necessidade de deslocamento físico.

Melhoria na comunicação: criação de canais diretos e eficazes de comunicação entre o tribunal e a população, incluindo FAQs, chatbots e formulários de contato, melhorando a qualidade do atendimento ao público.

4. Segurança e Conformidade

Proteção de dados: com a crescente preocupação com a segurança da informação e proteção de dados, o desenvolvimento de um novo portal deve incorporar práticas de segurança de dados de ponta para proteger as informações sensíveis tanto dos cidadãos quanto do Tribunal.

Conformidade e auditoria: um sistema atualizado facilita a realização de auditorias internas e externas, garantindo a conformidade com padrões de governança, riscos e conformidade.

5. Educação e Cidadania

Ferramentas educativas: o portal pode incluir seções educativas sobre o papel do TCDF, direitos dos cidadãos, fiscalização de contas públicas e outros temas relevantes, promovendo a educação cívica.

Engajamento do cidadão: por meio de enquetes, consultas públicas e fóruns de discussão, o portal pode se tornar um espaço para o engajamento cívico, coletando opiniões e feedback do público sobre políticas públicas e ações do Tribunal.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Administração Pública. Esta Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, após estudos realizados, pretende seguir o mesmo caminho.

Cabe destacar que o atual Portal do TCDF foi elaborado inteiramente por recursos próprios do Tribunal, através de plataforma open source Wordpress que necessita da aquisição de diversos *plugins*, bancos de imagens, templates e outras ferramentas análogas. O fornecimento de tais materiais por meio de empresas intermediadoras é praticamente inexistente, sendo necessária a aquisição diretamente com fabricantes internacionais, com cotação em moeda estrangeira. Tudo isso dificulta ao extremo o prosseguimento nesses moldes, conforme depreende-se da pesquisa constante no Despacho nº 141/2021 - SERCO (edoc.: EB45DF32-e). Além dos outros pontos já apresentados, a presente contratação visa, portanto, remover definitivamente a limitação referente ao fornecimento de *plugins* e outras ferramenta afins, uma vez que haverá uma empresa dedicada para o suporte, desenvolvimento e treinamento na solução. Salienta-se, por fim, que, por se tratar de contratação de plataforma também *open source*, não impedirá a assunção direta dessas atividades pelo Tribunal após o término da vigência contratual, caso especialize pessoal próprio nesse sentido.

Outro ponto que merece destaque é a demanda, por parte da Assessoria de Comunicação do TCDF, quanto à implementação de algumas funcionalidades no Portal TCDF, como: possibilidade de inclusão de plugins para inserção/leitura de documentos em PDF; banco de imagens e vídeos; recursos de acessibilidade, como audiodescrição dos textos, alternativa textual para faixas de áudio, avatar de Libras; páginas voltadas para a experiência do usuário. Destaca-se aqui, ainda, o Projeto de Lei nº 1090/2021, que apresenta requisitos que devem ser atendidos em relação à acessibilidade⁴.

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, e diante da necessidade de desenvolvimento de novas soluções digitais para automatizar e escalar o atendimento e a prestação de serviços no ambiente digital do

⁴ Projeto de Lei nº 1090, de 2021 (Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/147852>), que altera o § 1º do art. 63 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63.

§ 1º Os sítios da internet de que trata o caput contarão, entre outros, com os seguintes recursos de acessibilidade, nos termos de regulamentação específica:

- I – símbolo de acessibilidade em destaque;
- II – barra de acessibilidade, com alto contraste e links de atalho;
- III – navegação por teclado;
- IV – avatar ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- V – descrição das imagens;
- VI – identificação do idioma principal da página;
- VII – informação acerca da mudança de idioma do conteúdo;
- VIII – explicação de siglas, abreviaturas e palavras incomuns;
- IX – possibilidade de redimensionamento da página sem perda de funcionalidade;
- X – disponibilidade de alternativa sonora ou textual para vídeos que não incluam faixas de áudio;
- XI – disponibilidade de alternativa textual para faixas de áudio.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

TCDF, proporcionando maior publicidade às informações oficiais e melhorar a experiência do usuário, além de manter íntegro, confiável e seguro todo o ambiente tecnológico, este ETP sugere a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de implantação da Plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, compreendendo o suporte técnico e atualização de versão, com prestação de serviços técnicos especializados.

2.2 - INFORMAÇÕES DO MERCADO

Esta equipe técnica realizou pesquisa de mercado para identificar alternativas possíveis visando sanar as necessidades apresentadas no Item 1 deste estudo. Dentre as soluções de gestão de conteúdos para portais institucionais capazes de mitigar os principais riscos de segurança e oferecer as ferramentas demandadas por este Tribunal, temos:

Plone: O Plone é uma ferramenta de código aberto, composto por sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS, de Content Management System) escrito na linguagem Python e que roda sobre um Servidor de Aplicações Zope e sobre o framework CMF (Content Management Framework).

Joomla: O Joomla é uma ferramenta de código aberto, composto por sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS, de Content Management System) escrito na linguagem PHP.

Drupal: O Drupal é uma ferramenta de código aberto, composto por sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS, de Content Management System) escrito na linguagem PHP.

WordPress: O WordPress é uma ferramenta de código aberto, composto por sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS, de Content Management System) escrito na linguagem PHP.

Liferay Community Edition: O Liferay Portal é um projeto de portal corporativo livre e de código aberto, (CMS, de Content Management System) escrito na linguagem Java.

2.3 – ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

Para balizar a escolha da solução mais adequada dentre as opções disponíveis no mercado, utilizamos uma matriz comparativa elaborada nos autos do Processo SEI 00040-00018829/2022-33 (Pregão Eletrônico nº 0063/2023 SEPLAG-DF; Doc. SEI/GDF 88468718) conforme tabela apresentada no **Anexo II** deste ETP. O resultado de tal análise segue resumido a seguir e será discutido no próximo item, que trata da Justificativa Técnica:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Total de requisitos atendidos, conforme matriz comparativa apresentada no Anexo II deste ETP:	LIFERAY	JOOMLA	WORDPRESS	DRUPAL	PLONE
	213	124	87	136	114

Destaca-se que, embora existam contratos ativos do TCDF com a fabricante Microsoft, a Empresa não foi considerada na matriz comparativa acima, uma vez que o serviço por ela disponibilizado ainda é uma novidade no mercado, não havendo dados concretos que permitam avaliar, por esta equipe técnica, o nível de atendimento das necessidades do Tribunal.

Dando seguimento. O modelo de comercialização da solução Liferay é baseado em subscrição do software e na prestação de serviços técnicos especializados e de capacitação, estando disponível em duas versões: (i) o licenciamento da versão Enterprise Edition; e (ii) o licenciamento da versão Community Edition.

A versão Enterprise Edition diz respeito a uma distribuição do software por uma empresa privada que se propõe alterar o código-fonte da solução para promover atualizações e inovações.

Já na versão Community Edition, estas alterações do código-fonte são propostas pela comunidade virtual que compartilha atualizações e inovações da plataforma, sendo necessária a contratação de uma empresa especializada no suporte e prestação de serviços.

Neste Estudo Técnico serão analisados os dois cenários possíveis para a contratação, com a aquisição de subscrição e prestação de serviços nas versões Enterprise Edition e Community Edition. Uma vez que tal avaliação levará em conta os valores pertinentes a cada cenário, sua discussão será realizada no item 2.5, que trata da Justificativa Econômica.

2.4 – JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Considerando o resultado apresentado no estudo comparativo entre as principais soluções de gestão de conteúdos existentes no mercado (Anexo II deste ETP), concluímos que, diante dos resultados apurados, a solução Liferay se apresentou como a ferramenta que melhor atende aos requisitos definidos neste ETP:

Total de requisitos atendidos, conforme matriz comparativa apresentada no Anexo II deste ETP:	LIFERAY	JOOMLA	WORDPRESS	DRUPAL	PLONE
	213	124	87	136	114

Aliado ao resultado do estudo comparativo, realizou-se pesquisa em órgãos de Governo, momento em que identificamos que a solução Liferay Community Edition vem sendo utilizada como gestora de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

conteúdos de portais institucionais em diversos em órgãos como: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAG-DF, Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, Imprensa Nacional – Presidência da República, Tribunal Superior do Trabalho – TST, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Exército Brasileiro.

O Liferay Community Edition, de código aberto, linguagem JAVA e funcionalidades similares a sua versão Enterprise (software proprietário), foi projetado para construir intranets, sites e portais em uma plataforma única e flexível, ajudando as instituições a criar soluções para suas necessidades e, ainda, fazer a transição de sistemas antigos para as novas tecnologias existentes. A plataforma inclui um sistema de gerenciamento de conteúdo web embutido que permite aos usuários construir sites e portais como um conjunto de temas, páginas, portlets/widgets e uma navegação comum. Por fim, o seu apoio para plugins se estende para várias linguagens de programação, incluindo suporte para React e Angular.

Destaca-se ainda que, por ser um projeto de código aberto, beneficia-se da inovação e das contribuições da comunidade, o que pode resultar na disponibilidade mais rápida de novas funcionalidades e na correção de bugs. Isso devido ao seu quesito de “Flexibilidade”, pelo qual os usuários têm a liberdade de modificar o código para atender às suas necessidades específicas.

A aquisição de uma solução de software livre visa dar mais liberdade a Administração Pública, pois é isenta de reservas de direitos proprietários quanto às condições de uso, modificação, customização, cessão, liberdade de instalação, plena utilização, acesso ao código fonte, distribuição, padronização e, fundamentalmente, sem ônus de aquisição de licenças (tal ponto será quantificado no item 2.5 – Justificativa Econômica). **Assim sendo, e tendo em vista o resultado da análise comparativa, a plataforma de gestão de conteúdos Liferay Community Edition, de forma geral, se mostrou mais segura, estável e parametrizável, além de atender a outros requisitos se comparada com as suas principais concorrentes, sendo, portanto, a opção que melhor atende aos requisitos funcionais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.**

2.5 - JUSTIFICATIVA ECONÔMICA

Superada a discussão quanto à escolha da solução mais adequada dentre as opções disponíveis no mercado, passa-se à avaliação da melhor opção (em termos financeiros) dentre as alternativas de subscrição e prestação de serviços apresentadas anteriormente: Enterprise Edition e Community Edition. Cabe aqui destacar que a aquisição de outras soluções como as apresentadas no item 2.2 gerariam custos similares àqueles decorrentes do Liferay Community, uma vez que também se tratam de plataformas de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

código aberto e que também necessitariam do trabalho das mesmas empresas terceiras para suporte, desenvolvimento e execução de serviços técnicos especializados.

Pensando na estimativa de custos dos dois cenários a serem analisados, pesquisamos os preços obtidos a partir dos seguintes contratos públicos:

I) Versão Enterprise Edition:

MPRJ PE 48/2023 PROCESSO SEI 20.22.0001.0012472.2023-56)

TJRJ PE 34/2023 PROCESSO SEI 2021-0630432

EMBRAPA PE 19/2021 PROCESSO SEI 6293090

MPSP PE 67/2023 PROCESSO SEI 29.0001.0146694.2023-56

II) Versão Community Edition:

SEPLAD GDF PE 63/2023 PROCESSO SEI 04033-00000681/2024-83

IMPrensa Nacional PE SRP 30/2017 PROCESSO SEI Nº 00034.000114/2017-19

SESC AR/DF PE SRP 104/2022

EXÉRCITO BRASILEIRO SRP 17/2021 PROCESSO 64198.004209/2021-06

Cenário 1: Liferay Enterprise Edition



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

MPRJ PE 48/2023 PROCESSO SEI 20.22.0001.0012472.2023-56)

SUBSCRIÇÕES/LICENÇAS DE USO

Item	Serviço	Descrição	Unidade	Qtde	Valor unitario	Valor subtotal
1	Subscrição	Subscrição Liferay DXP, Nível de Suporte PLATINUM por 36 meses , com até 8 núcleos – Produção	Unidade	6	R\$ 1.379.066,00	R\$ 8.274.396,00
2		Subscrição Liferay DXP, Nível de Suporte PLATINUM por 36 meses com até 8 núcleos – Não Produção	Unidade	6	R\$ 344.769,00	R\$ 2.068.614,00
						R\$ 10.343.010,00

VL Unitário do Liferay Enterprise DXP para 12 meses sem serviço de suporte técnico e atualização de versão	
R\$	459.688,67
R\$	114.923,00
R\$	574.611,67

Produção

Homologação

SERVIÇOS DE SUPORTE À PLATAFORMA SOB DEMANDA

Item	Serviço	Descrição	Unidade	Qtde	Valor unitário	Valor subtotal
3	Instalação e Configuração	Instalação e Configuração da Plataforma Liferay DXP	Unidade	12	R\$ 17.161,00	R\$ 205.932,00
4	Atualização de Versão	Serviço de Atualização de Versão para a Plataforma Liferay DXP	Unidade	24	R\$ 17.161,00	R\$ 411.864,00
5	Suporte a Plataforma	Operação Assistida na plataforma Liferay DXP	HST	25500	R\$ 314,00	R\$ 8.007.000,00
						R\$ 8.624.796,00
						R\$ 18.967.806,00

TIRJ PE 34/2023 PROCESSO SEI 2021-0630432

Lote	Item	Descrição	Unidade	Qtde	VL unit	total
1	1	Subscrição Liferay DXP Self-Hosted (On-Premise) versão 7.0 ou superior, nível de suporte Platinum, para o ambiente de produção com até 8 núcleos para 24 meses	Unidade	6	R\$ 695.833,32	R\$ 4.174.999,92
	2	Subscrição Liferay DXP Self-Hosted (On-Premise) versão 7.0 ou superior, nível de suporte Platinum, para o ambiente de homologação com até 8 núcleos para 24 meses	Unidade	2	R\$ 173.250,00	R\$ 346.500,00
2	3	Suporte técnico local (a ser realizado nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro) ou através de acesso remoto (quando possível e autorizado pelo Contratante).	Hora	2000	R\$ 320,00	R\$ 640.000,00
	4	Serviço de atualização de versão da Plataforma Liferay DXP Self-Hosted (On-Premise) versão 7.0 ou superior, nível de suporte Platinum, para ambientes de homologação e produção	Unidade	16	R\$ 17.878,00	R\$ 286.048,00
						R\$ 5.447.547,92

VL Unitário do Liferay Enterprise DXP para 12 meses sem serviço de suporte técnico e atualização de versão	
R\$	347.916,66
R\$	86.625,00
R\$	434.541,66

Produção

Homologação

EMBRAPA PE 19/2021 PROCESSO SEI 6293090

Lote	Item	Descrição	Qtd	Unit R\$	Total R\$
1	1	Subscrições para o ambiente de Produção, na versão mais recente da plataforma Liferay Digital Experience Platform (DXP) Enterprise Edition (EE). Gold Local 1 Ano	2	R\$ 259.343,43	R\$ 518.686,86
	2	Subscrições para o ambiente de Homologação, na versão mais recente da plataforma Liferay Digital Experience Platform (DXP) Enterprise Edition (EE). Gold Local 1 Ano	2	R\$ 65.656,57	R\$ 131.313,14
					R\$ 650.000,00

VL Unitário do Liferay Enterprise DXP para 12 meses sem serviço de suporte técnico e atualização de versão	
R\$	259.343,43
R\$	65.656,57
R\$	325.000,00

Produção

Homologação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

MPSP PE 67/2023 PROCESSO SEI 29.0001.0146694.2023-56

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Preço Unit	Preço total
1	A) Subscrições Liferay DXP - Up to 8 cores/vCPUs - Platinum – PROD	4	Licença	R\$ 296.835,00	R\$ 1.187.340,00
	B) Subscrições Liferay Enterprise Production Search Instance - Platinum – PROD	4	Licença	R\$ 56.832,05	R\$ 227.328,20
	C) Subscrições Liferay DXP - Up to 8 cores/vCPUs - Platinum – HOMOL	4	Licença	R\$ 74.208,75	R\$ 296.835,00
	D) Subscrições Liferay Enterprise Search Instance - Platinum – HOMOL	4	Licença	R\$ 14.310,23	R\$ 57.240,92
	E) Horas para prestação de serviço de instalação, configuração, customização, manutenção, desenvolvimento, gestão, levantamento de requisitos e transferência de conhecimento do Portal no ambiente de computação do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), utilizando a plataforma LIFERAY e demais exigências constantes do Anexo 1.	3500	Serviço	R\$ 340,00	R\$ 1.190.000,00
				R\$	2.958.744,12

VL Unitário do Liferay Enterprise DXP para 12 meses sem serviço de suporte técnico e atualização de versão	
R\$	296.835,00
R\$	74.208,75
R\$	371.043,75

Produção
Homologação

MÉDIA SUBSCRIÇÃO LIFERAY ENTERPRISE DXP
R\$ 426.299,27

Cenário 2: Liferay Community Edition

SEPLAD GDF PE 63/2023 PROCESSO SEI 04033-00000681/2024-83

IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DO LIFERAY COMMUNITY EDITION ON-PREMISE

GRUPO	ITEM	OBJETO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL TOTAL
1	1	Suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.3 ou superior pelo período de 12 meses, em ambiente de produção e homologação.	40	Servidor virtual ou físico	R\$ 110.000,00	R\$ 4.400.000,00
	2	Serviços técnicos especializados na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.3 ou superior). Sob demanda.	14.000	UST – Unidade de Serviço Técnico	R\$ 300,00	R\$ 4.200.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 8.600.000,00

VL Unitário da implantação do Liferay Community para 12 meses incluindo suporte técnico e atualização de versão	
R\$	110.000,00

Produção e homologação

IMPrensa Nacional PE SRP 30/2017 PROCESSO SEI Nº 00034.000114/2017-19

IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DO LIFERAY COMMUNITY EDITION ON-PREMISE

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor	Valor total
1	Subscrição da plataforma Liferay Community Edition em ambiente de produção por período de 12 meses	Por servidor virtual ou físico	10	R\$ 126.932,20	R\$ 1.269.322,00
2	Subscrição da plataforma Liferay Community Edition em ambiente de homologação e desenvolvimento por período de 12 meses	Por servidor virtual ou físico	4	R\$ 31.254,66	R\$ 125.018,64
3 ao 11	Serviços técnicos especializados na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.3 ou superior). Sob demanda.	UST	4113	R\$ 364,13	R\$ 1.497.666,69
				R\$	2.892.007,33

VL Unitário da implantação do Liferay Community para 12 meses incluindo suporte técnico e atualização de versão	
R\$	158.186,86

Produção e homologação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

SESC AR/DF PE SRP 104/2022

IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DO LIFERAY COMMUNITY EDITION ON-PREMISE

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor	Valor total
1	Suporte da Plataforma Liferay Community Edition versão 7.3 ou superior em ambientes de produção e homologação por período de 12 meses.	Por servidor virtual ou físico	4	R\$ 129.600,00	R\$ 518.400,00
2	Serviço digitais da solução web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.3 ou superior).	Por servidor virtual ou físico	10000	R\$ 322,56	R\$ 3.225.600,00
					R\$ 3.744.000,00

VL Unitário da implantação do Liferay Community para 12 meses incluindo suporte técnico e atualização de versão	
R\$	129.600,00

Produção e homologação

EXÉRCITO BRASILEIRO SRP 17/2021 PROCESSO 64198.004209/2021-06

ITEM	OBJETO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL TOTAL
4	Serviço de garantia e suporte da Plataforma Liferay Community Edition para ambientes de produção , por servidor virtual ou físico e período de 12 meses.	6	Servidor virtual ou físico	R\$ 80.000,00	R\$ 480.000,00
5	Serviço de Apoio à Comunicação Digital Institucional, por Unidade de Serviço Digital - USD	8.400	USD – Unidade de Serviço Digital	R\$ 280,00	R\$ 2.352.000,00
					R\$ 2.832.000,00

VL Unitário da implantação do Liferay Community para 12 meses incluindo suporte técnico e atualização de versão	
R\$ 80.000,00	

Produção

MÉDIA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO DE
VERSÃO DO LIFERAY COMMUNITY

R\$ 119.446,72

Comparação entre os cenários: Liferay Enterprise Edition e Liferay Community Edition

Os seguintes valores unitários anuais foram obtidos para os cenários 1 e 2:

Cenário 1 - Liferay Enterprise Edition: R\$ 426.299,27

Cenário 2 - Liferay Community Edition: R\$ 119.446,72

Tal comparativo diz respeito aos valores unitários para o item 1 da contratação (subscrição da plataforma Liferay Enterprise Edition *versus* suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition). O item 2 da contratação (serviços técnicos especializados, sob demanda e por valor definido em função do número de USTs, sob demanda) não entra no mérito desta comparação, pois seriam equivalentes em ambos os cenários. Portanto, em termos econômicos:

Melhor cenário: Cenário 2 - Liferay Community Edition

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de implantação da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, compreendendo suporte técnico e atualização de versão (item 1), com prestação de serviços técnicos especializados sob demanda (item 2), visando à modernização dos serviços digitais com o desenvolvimento de novas soluções digitais para automatizar e escalar o atendimento e a prestação de serviços no ambiente digital do TCDF, proporcionando maior publicidade às informações oficiais, com foco em melhorar a experiência do usuário, além de manter íntegro, confiável e seguro todo o ambiente tecnológico do Tribunal. Logo:

Item 1: Suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, por valor fixo anual, pelo período de 12 (doze) meses.

Item 2: Serviços técnicos especializados, sob demanda e por valor definido em função do número de USTs – conforme estimativa de quantidades apresentada no item 6 deste ETP, na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.4 ou superior).

3.1 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Toda a solução deverá ser instalada no ambiente Docker, orquestração Kubernetes, contemplando os o universo de recursos já existentes e instalados no TCDF, tais como interconexões com bases de dados, Elastic Search etc.

A solução deverá, ainda, atender a todos as necessidades descritas no Anexo III deste ETP.

3.1.1 Níveis de Serviço (SLA) da Plataforma:

O serviço de suporte técnico deve manter os portais operantes 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano, inclusive aos sábados, domingos e feriados (24x7x365). Os problemas serão categorizados por nível de prioridade, impacto na condição operacional da solução e expectativa de prazo máximo de início de atendimento, conforme quadro a seguir:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Prioridade	Descrição	Prazo máximo para início de atendimento remoto
1	Software sem condições de funcionamento em ambiente de produção	1 hora após abertura do chamado
2	Problema grave, prejudicando funcionamento do software em ambiente de produção	4 horas após abertura do chamado
3	Problema restringe o pleno funcionamento do software em ambiente de produção	4 horas após abertura do chamado
4	Problema que não afeta o funcionamento do software em ambiente de produção ou problema inerente aos demais ambientes	24 horas após abertura do chamado

As horas não identificadas como horas úteis no quadro acima são horas corridas.

Para cada problema reportado deverá ser aberto um chamado.

Todos os chamados deverão receber código de identificação e ser controlados por meio de sistema de informação provido pela CONTRATADA.

Considerando o funcionamento do Data Center da CONTRATANTE (24x7x365), o registro de chamados de suporte técnico poderá ocorrer em quaisquer dias da semana e em quaisquer horários.

Os prazos para início de atendimento e para solução do problema serão contados em horas corridas a partir do registro do chamado de suporte técnico.

No caso de reclassificação do nível de prioridade, os prazos serão iniciados a contar da data do evento da reclassificação.

Ao final de cada mês será calculado o nível de serviço das atividades de suporte, com base no atendimento dos prazos máximos de solução dos incidentes fechados naquele mês. Em seguida, o percentual de cumprimento da meta de nível de serviço (que será de 95%) será calculado e o pagamento ocorrerá de forma proporcional a tal cumprimento.

Cenários exemplificativos	Nível de serviço dos incidentes de suporte fechados no mês	Meta	% de cumprimento da meta	% de pagamento do preço fixo mensal
A	95,00%	95,00%	100,00%	100,00%
B	90,00%	95,00%	94,74%	94,74%
C	85,00%	95,00%	89,47%	89,47%

Se um incidente tiver atraso superior a um mês, o pagamento correspondente ficará retido até que o incidente seja solucionado. Quando o incidente com atraso superior a um mês for fechado, será apurado o

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

pagamento de todos os incidentes e o pagamento será realizado de forma proporcional ao período.

O mesmo cálculo se aplica às atividades do item 2 (serviços técnicos especializados). O percentual de pagamento vai incidir sobre o custo das UST consumidas no mês em questão, conforme exemplo:

Nível de serviço das OS fechadas no mês	Meta	% de cumprimento da meta	% de pagamento das UST consumidas no mês
94,00%	95,00%	98,95%	98,95%

Pagamento total mensal

O pagamento total mensal será o somatório do pagamento pelas atividades dos itens 1 e 2.

3.2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A empresa contratada deverá fornecer garantia durante toda a vigência contratual, para toda e qualquer falha envolvendo a solução. É importante garantir que a contratada possua condições necessárias para prestar assistência, cumprindo requisitos como:

- Conhecimento técnico: é fundamental que os técnicos da contratada tenham conhecimento e experiência em trabalhar com a plataforma. Eles devem saber como realizar instalações, configurações, testes e manutenções de forma eficiente e segura.
- Equipamentos adequados: a contratada deve contar com equipamentos de alta qualidade e tecnologia de ponta para realizar as tarefas necessárias.
- Agilidade e eficiência: profissionais capacitados para resolver os problemas de forma rápida e eficaz.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

- 1 - Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o art. 68, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;
- 2 - Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

de fevereiro de 2012;

3 - Registro comercial, no caso de empresário individual;

4 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

5 - Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões) que comprove(m) que a empresa tenha executado, ou que esteja executando, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas:

5.1 - Experiência de pelo menos 1 (um) ano na prestação de serviços de suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, em grau de complexidade similar às necessidades do TCDF (para o SUBITEM 1);

5.2 - Experiência de pelo menos 1 (um) ano na prestação de serviços técnicos especializados na plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, em grau de complexidade similar às necessidades do TCDF (para o SUBITEM 2).

5. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**5.1 – Alinhamento entre a necessidade da contratação e os planos estratégicos do TCDF (PDTI ou Decisões CGTI).**

Por se tratar de solução que acarreta aumento de despesa, em conformidade com o artigo 16º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000) ⁵, ressalta-se que a presente contratação possui respaldo orçamentário no Orçamento de Informática 2024, conforme se segue:

Orçamento de Informática 2024	
Programa de Trabalho:	01.126.8231.1471.0005 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Natureza da Despesa:	449040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
Dotação Inicial:	10.730.000,00
Saldo:	8.200.786,33

⁵ Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Destaca-se também que já estão previstos, nos Orçamentos 2025 e posteriores, considerando a NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ, recursos orçamentários suficientes para subsidiar a contratação aqui exposta.

Além do mais, a presente contratação está alinhada com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) – STI e foi aprovada pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) em reunião realizada no dia 20/05/2024.

Objetivos Estratégicos do TCDF

Contribuir para a melhoria da gestão e da governança pública

Aprimorar a comunicação interna e a gestão do conhecimento

Fomentar a inovação e a gestão por resultados

Aprimorar a gestão dos recursos de TI

Garantir estrutura adequada à estratégia

5.2 – Demandas dos potenciais gestores e usuários da Solução de Tecnologia da Informação.

Conforme já tratado neste ETP, o atual Portal do TCDF foi elaborado através de plataforma open source Wordpress, necessitando de plugins, bancos de imagens, templates e outras ferramentas análogas, cujo fornecimento por empresas intermediadoras é praticamente inexistente, o que dificulta ao extremo uma licitação ou contratação nesses moldes, conforme depreende-se da pesquisa constante no Despacho nº 141/2021 - SERCO (edoc.: EB45DF32-e). A presente contratação visa remover tais barreiras, uma vez que haverá uma empresa para o suporte, desenvolvimento e treinamento na solução, além de atender às exigências técnicas, de segurança, publicidade e acessibilidade demandadas pela STI e Assessoria de Comunicação do TCDF.

6. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Item 1: Suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, por valor fixo anual, pelo período de 12 (doze) meses.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Valor fixo anual, conforme apresentado no item 3.1 - Especificação Técnica.

Quantidade: 1

Prazo: 12 (doze) meses.

Item 2: Serviços técnicos especializados, sob demanda e por valor definido em função do número de USTs consumidas de acordo com o Catálogo de Atividades apresentado no Anexo IV deste ETP, na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.4 ou superior).

Quantidade máxima (e sem compromisso de demanda mínima): 15.900 USTs, conforme apresentado nas tabelas abaixo, valor esse estimado por técnica de predileção e baseado no Catálogo de Atividades constante no Anexo IV deste ETP e em avaliação de outras contratações públicas com diferentes complexidades (GDF, CLDF, Imprensa Nacional, Exército etc.), bem como com empresas atuantes no mercado. Destaca-se que o valor é uma estimativa, uma vez que os serviços são prestados sob demanda e que não existe maneira de precisar a quantidade de Ordens de Serviços que serão abertas durante a vigência contratual.

Prazo: 12 (doze) meses.

1º ANO DE CONTRATO

Item	Descrição dos serviços/disciplinas	Qtde de UST's 15.900
2 - Serviços técnicos especializados na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.4 ou superior). Sob demanda.	Serviços de Migração de Conteúdo Web do Portal Institucional do TCDF (Internet e Intranet) que atualmente utiliza o CMS Wordpress para o novo Portal TCDF na Plataforma Liferay Community Edition 7.4. Os serviços somente serão prestados sob demanda.	4.900
	Desenvolvimento do novo Portal Internet na Plataforma Liferay Community Edition 7.4., com higienização de dados e análise estatística (Analatycs); Desenvolvimento do Portal da Intranet do TCDF na Plataforma Liferay Community Edition 7.4., com higienização de dados e análise estatística (Analatycs); Reestruturação e desenvolvimento das melhores práticas nos módulos do Portal TCDF , como: e-TCDF; Protocolo Digital; Plenário ao Vivo; Busca e Consulta de Processos e Documentos; Jurisprudência TCDF; SINJ; Teletrabalho; Portal do Servidor; Escola de Contas; DSAUD; Ouvidoria; Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); Biblioteca; Corregedoria; SIGA; e-Contas; Debita; SINDEC; SIRAC; Siscoex; Siseditais , dentre outros. Serviços técnicos especializados de interoperabilidade ao Portal TCDF ao “SEI (Serviço Eletrônico de Informação)”	11.000

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

	<p>Reestruturação e desenvolvimento das melhores práticas do “Portal da Transparência” com nova Arquitetura da Informação, arquitetura de participação, UI/UX, designer das arquiteturas, Serviço de Criação, Adaptação e Evolução de Portlets, Implantação do Design e das Arquiteturas, Projeto de Interface Gráfica com Interface Adaptativa.</p> <p>Desenvolvimento de aplicativos.</p> <p>Treinamentos necessários para equipe do TCDF.</p> <p>Os serviços somente serão prestados sob demanda.</p>	
--	---	--

7. DO NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Como o suporte e a atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, assim como os serviços técnicos especializados para a solução, envolvem atividades interdependentes, **considera-se não ser viável técnica e economicamente o parcelamento do objeto da contratação**. O produto das atividades de desenvolvimento, se entregue com má qualidade, tem potencial de gerar incidentes a serem tratados pelo suporte.

Além disso, o não parcelamento tem potencial de trazer uma maior economia para a contratação, pois a eventual contratada poderia diluir seus custos fixos de alocação de pessoal no contrato para a prestação de ambos os serviços e melhor aproveitamento de tempo ocioso. Na hipótese de parcelamento, cada empresa seria obrigada a alocar profissionais diferentes, o que provavelmente aumentaria o custo individual de cada contrato.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Realizou-se neste estudo, considerando 3 (três) preços públicos, a estimativa dos valores referentes à contratação de empresa especializada em: (item 1) suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, por valor fixo anual, pelo período de 12 (doze) meses; e (item 2): serviços técnicos especializados, sob demanda e por valor definido em função do número de USTs, na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.4 ou superior).

Em relação às quantidades, o cálculo do valor estimado para a contratação será realizado da seguinte maneira:

Item 1: multiplicando-se o valor fixo por 1 (um) ano, considerando o período de 12 (doze) meses da

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

presente contratação;

Item 2: multiplicando-se o valor por UST das atividades por 15.900 (quinze mil e novecentos), quantidade máxima estimada de UST considerando o período de 12 (doze) meses da presente contratação.

Cabe, neste ponto, realizarmos inicialmente o cálculo da mediana dos valores acima e, a partir do resultado obtido, descartar eventuais opções inexequíveis (abaixo de 50% do preço mediano) e exorbitantes (acima de 50% do preço mediano):

1ª ETAPA - VERIFICAR OS PREÇOS INEXEQUÍVEIS (ABAIXO DE 50% DO PREÇO MEDIANO) E OS PREÇOS EXORBITANTES (ACIMA DE 50% DO PREÇO MEDIANO)							
SUBITEM	DESCRIÇÃO	SEPLAD GDF PE 63/2023	IMPrensa NACIONAL PE SRP 30/2017	SESC AR/DF PE SRP 104/2022	MEDIANA	PREÇOS EXORBITANTES (+50%)	PREÇOS INEXEQUÍVEIS (-50%)
1.1	Suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, por valor fixo anual, pelo período de 12 (doze) meses	110.000,00	158.186,86	134.136,00	134.136,00	201.204,00	67.068,00
1.2	Serviços técnicos especializados, sob demanda e por valor definido em função do número de USTs – conforme estimativa de quantidades apresentada no item 6 deste ETP, na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.4 ou superior).	300,00	364,13	333,84	333,84	500,76	166,92

Após a verificação dos preços inexequíveis e exorbitantes, segundo o previsto no Decreto nº 44.330/2023, prosseguiu-se com o cálculo do preço estimado da contratação.

				2ª ETAPA - CALCULAR O MAPA, PELA MÉDIA E MEDIANA DOS PREÇOS VALIDOS DA 1ª ETAPA						
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	SEPLAD GDF PE 63/2023	IMPrensa NACIONAL PE SRP 30/2017	SESC AR/DF PE SRP 104/2022	MÉDIA	MEDIANA	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1.1	1	ANO	Suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, por valor fixo anual, pelo período de 12 (doze) meses	110.000,00	158.186,86	134.136,00	134.107,62	134.136,00	134.107,62	134.107,62
1.2	15.900	UST	Serviços técnicos especializados, sob demanda e por valor definido em função do número de USTs – conforme estimativa de quantidades apresentada no item 6 deste ETP, na Solução Web na plataforma Java (Spring MVC e Liferay Community Edition versão 7.4 ou superior).	300,00	364,13	333,84	332,66	333,84	332,66	5.289.294,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (R\$)										5.423.401,62

Portanto, conforme apresentado acima, a estimativa do valor da contratação é de:

Estimativa máxima de R\$ 5.423.401,62 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e um reais e sessenta e dois centavos) para um prazo de 12 (doze) meses, caso toda a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

demanda prevista de 15.900 (quinze mil e novecentas) USTs se concretize por meio de Ordens de Serviço (OS) abertas à contratação, conforme necessidade atual do TCDF.

Deste valor:

Valor fixo a ser pago para 12 (doze) meses: R\$ 134.107,62

Valor a ser pago somente no caso de efetiva demanda pelo TCDF: R\$ 5.289.294,00

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Conforme apresentado no item 2 deste ETP, diversos órgãos e entidades públicas realizaram contratações correlatas, considerando a plataforma Liferay Community:

Pregão Eletrônico nº 0063/2023 - SEPLAD DF

Pregão Eletrônico nº 0045/2021 - CLDF

Pregão Eletrônico SRP nº 30/2017 - IMPRENSA NACIONAL

Pregão Eletrônico SRP nº 104/2022 - SESC AR/DF

Pregão Eletrônico SRP nº 17/2021 - EXÉRCITO BRASILEIRO

10. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS A SEREM TOMADA ANTES DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Para a implantação e manutenção da solução não seria necessário nenhum recurso adicional, haja visto que a solução proposta abrange todas as atividades necessárias na plataforma. No entanto, destaca-se a necessidade de:

- Fiscal do contrato e substitutos para acompanhar a execução contratual.
- Treinamento de equipe técnica composta de servidores do TCDF com acesso à plataforma.
- Servidores responsáveis por gerir os serviços contratados, abrindo incidentes e ordens de serviço,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

bem como gerenciando o fluxo de atendimento desses.

Recomenda-se que a STI assuma a responsabilidade pela gestão do contrato e a consequente abertura e avaliação de incidentes e abertura e aprovação de ordens de serviço.

10.2 - Previsão de indicadores para a gestão do contrato

Durante a execução contratual deverão ser observados indicadores referentes ao cumprimento dos Níveis de Serviço (SLA) (item 1) e em função do número de UST consumidas, sem compromisso de demanda mínima (item 2).

10.3 - Organização de equipes e comissões

Não aplicável.

10.4 - Disponibilização de espaço

Não aplicável.

10.5 - Disponibilização de estrutura logística

Não aplicável.

10.6 - Previsão de horários especiais para execução

Não é necessário horários especiais, visto que não causará interrupção no serviço de rede. Porém deverão ser evitados os dias de sessão.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 - RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Dentre os resultados objetivados com a presente contratação, tem-se:

Manter os portais de internet e intranet atualizados e disponíveis para os usuários do TCDF;

Garantir o funcionamento contínuo e ininterrupto dos portais de internet e intranet do TCDF, atendendo ao princípio da publicidade;

Atender as legislações de acesso à informação e de acessibilidade;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Promoção da transparência das informações mantidas e produzidas pelo TCDF.

Disponibilidade de um portal intuitivo e eficiente para acompanhamento, por parte do cidadão, das atividades desempenhadas pelo Tribunal;

Atendimento a todos os requisitos necessários em termos de segurança de dados;

Migração e modernização da Plataforma web, com características que incluem:

- Desenvolvimento de novas soluções digitais para automatizar e escalar o atendimento e a prestação de serviços no ambiente digital do TCDF;
- Disponibilização de maior qualidade e segurança;
- Melhorar a experiência do usuário;
- Possibilidade de integração com vários softwares e sistemas;
- Customizações;
- Gerenciamento de conteúdo e documentos;
- Fluxos de aprovação;
- Integração com recursos existentes;
- Criação e Desenvolvimento de Portais e Hotsites sob demanda.

11.2 - APROVEITAMENTO DE RECURSOS – Humanos, materiais e financeiros

A contratada se encarregará das atividades de suporte, atualização e execução de serviços técnicos especializados na plataforma Liferay Community, atendendo às demandas atuais e implementando evoluções e melhorias, com novas soluções para automatizar e escalar o atendimento e a prestação de serviços no ambiente digital do TCDF, proporcionando maior publicidade às informações oficiais e melhorar a experiência do usuário, além de manter íntegro, confiável e seguro todo o ambiente tecnológico. As atividades serão acompanhadas por equipe da STI (gestão geral do Contrato) e Assessoria de Comunicação do TCDF.

Para a implantação e manutenção da solução não seria necessário nenhum recurso adicional, haja visto que a solução proposta abrange todas as atividades necessárias na plataforma. No entanto, todos os dados e fluxos operacionais atualmente utilizados no Tribunal deverão ser devidamente migrados e/ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

atualizados para a nova plataforma, de modo que não haja comprometimento de tais atividades.

12. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1 - IMPACTOS AMBIENTAIS – LOGÍSTICA REVERSA – RECICLAGEM

Não aplicável.

13. ANEXOS

ANEXO I – ANÁLISE DE RISCOS

ANEXO II – MATRIZ COMPARATIVA ENTRE AS SOLUÇÕES SELECIONADAS

ANEXO III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

ANEXO IV – CATÁLOGO DE ATIVIDADES

ANEXO V – QUALIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS

14. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideradas as necessidades do Tribunal, analisadas as alternativas de solução, suas vantagens, desvantagens, riscos, estimativa de custos, cotações de potenciais fornecedores, avaliadas as necessidades de adequação do ambiente, dentre outros itens constantes neste ETP, conclui-se que a contratação do serviço objeto deste estudo é viável.

OSWALDO JUNQUEIRA VAZ JUNIOR
SUPERVISOR
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA
CONTRATAÇÃO

FÁBIO PINA MARQUES DE SOUSA
SECRETÁRIO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(STI)

THIAGO ALVES RIBEIRO
SETOR REQUISITANTE
(ÁREA ADMINISTRATIVA)

ALESSANDRO SALOMÃO GONÇALVES
SETOR REQUISITANTE
(ÁREA TÉCNICA)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

ANEXO 1 – ANÁLISE DE RISCOS

Cumprindo com o disposto no artigo 9º e 13 da Instrução Normativa nº 04, de 2014, serão analisados os riscos⁶ inerentes a três situações distintas relacionadas a este processo de contratação, originando os subsequentes eventos:

1. Fases do planejamento da contratação
 - 1.1. Equívocos na descrição do objeto.
 - 1.2. Elaboração falha da estimativa.
 - 1.3. Erros materiais/formais no Termo de Referência.
 - 1.4. Descontinuidade dos serviços.
2. Fases da seleção do fornecedor:
 - 2.1. Morosidade no processo licitatório.
 - 2.2. Impropriedades no processo licitatório.
 - 2.3. Fracasso do processo licitatório.
3. Fases da Contratação:
 - 3.1. Não assinatura do contrato.
 - 3.2. Atraso na prestação do serviço do objeto.
 - 3.3. Prestação dos serviços não realizados conforme exigidos.
 - 3.4. Inexecução total do contrato.
 - 3.5. Inexecução parcial do contrato.

6 Risco: (1) “possibilidade de perigo, incerto, mas previsível, com ameaça de dano a pessoa ou a coisa” - Michaelis, disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=risco>>; (2) “a probabilidade de acontecer uma situação adversa ou dano e as consequências deste mesmo” - EUFIC, disponível em: <<http://www.eufic.org/article/pt/seguranca-e-qualidade-alimentar/comunicacao-deriscos/artid/O-que-e-a-analise-de-risco/>>.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**DESCRIÇÃO DAS PROBABILIDADES E IMPACTOS**

Probabilidade (Risco referencial)	OBSERVAÇÕES
Alta	A probabilidade de ocorrer é grande.
Média	As chances de ocorrer ou não são equivalentes.
Baixa	A probabilidade de ocorrer é pequena.

Tabela 12 - risco de ocorrência de eventos⁷

Impacto	OBSERVAÇÕES
Muito grande	Perda do recurso orçamentário; má aplicação de recursos públicos; indisponibilidade de todos os serviços ou perda de dados.
Grande	Perda do processo licitatório; degradação crítica do desempenho, indisponibilidade ou falhas graves em vários serviços, em algum(ns) serviço(s) essencial(is) ou equipamentos.
Moderado	Degradação moderada do desempenho ou falhas contornáveis de alguns serviços ou equipamentos, em um serviço essencial ou equipamentos.
Pequeno	Degradação leve do desempenho ou falhas contornáveis em serviços ou equipamentos não essenciais.
Muito pequeno	Degradação leve do desempenho em um serviço não essencial ou no fornecimento de produtos ou equipamentos.

Tabela 13 - avaliação do impacto

⁷ Adaptado de “Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação” v. 1.0, 2012; Tribunal de Contas da União. Disponível em <<http://www.tcu.gov.br>>.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**ANÁLISE QUALITATIVA DOS RISCOS****FASES DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

RISCO - EQUÍVOCOS NA DESCRIÇÃO DO OBJETO		
(X) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO () SELEÇÃO DO FORNECEDOR () CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA (X) MÉDIA () BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Atraso na realização da contratação pleiteada.	
2	Obsolescência de equipamentos ou serviços descontinuados.	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Realização de pesquisa intensa no mercado.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Análise das impugnações dos Editais para as devidas corretivas.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
2	Pesquisa no mercado.	
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Pessoal - Não observância dos requisitos mínimos do equipamento ou serviço.	
2	Pessoal - Ausência de pesquisa no mercado potencial das melhores práticas e produtos.	
3	Processo - Ausência de um Manual de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação.	

Tabela 14 – Equívocos na descrição do objeto

RISCO - ELABORAÇÃO FALHA DA ESTIMATIVA		
(X) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO () SELEÇÃO DO FORNECEDOR () CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA (X) MÉDIA () BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Atraso na realização da contratação pleiteada.	
2	Contratação superfaturada	
3	Atraso na realização da elaboração da estimativa.	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Pesquisa, análise e estudo de preços praticados no mercado.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
2	Constar preços públicos na estimativa de produtos e serviços de Tecnologia da Informação a serem contratados.	
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Análise das impugnações dos Editais e as devidas corretivas.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
2	Pesquisa no mercado, quanto aos preços praticados.	
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Pessoal - Não atendimento do mínimo de 3(três) orçamentos para estimado.	
2	Processo - Ausência de preços públicos	
3	Processo - Ausência de um Catálogo de fornecedores vinculado ao Manual de Produtos e Serviços de TI	

Tabela 15 – Elaboração falha da estimativa

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

RISCO - ERROS MATERIAIS/FORMAIS NO TERMO DE REFERÊNCIA		
(X) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO () SELEÇÃO DO FORNECEDOR () CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA () MÉDIA (X) BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Retrabalho e atraso na realização da contratação pleiteada.	
2	Atraso na realização da contratação pleiteada.	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Estabelecer no Termo de Referência / Projeto Básico que haja suporte técnico e manutenção para os equipamentos adquiridos	Integrante Requisitante Integrante Técnico Integrante Administrativo
2	Realização de interações com os demais setores do TCDF para elaboração dos Termos de Referência e Projetos Básico e demais documentos necessários ao processo.	
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Análise das impugnações dos Editais e as devidas corretivas.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Pessoal - Não atendimento a estrutura formalizada dos documentos	
2	Processo - Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico sem interação com outros setores.	

Tabela 16 – Erros materiais/formais no Termo de Referência

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**FASES DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

RISCO - MOROSIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (X) SELEÇÃO DO FORNECEDOR () CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA (X) MÉDIA () BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Atraso na realização da contratação pleiteada.	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Acionar as áreas envolvidas na contratação quando se verificar demora demasiada em determinada fase.	Ocupantes de cargos com poder de decisão.
2	Estabelecer normativamente os prazos para a entrega de documentos.	Integrante Requisitante / Técnico / Administrativo
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Atender com celeridade as demandas da Licitação.	Integrante Requisitante / Técnico / Administrativo
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Processo - Ausência de prazos definidos na fase externa do processo administrativo de contratação em TI.	
2	Processo - Ausência dos fluxogramas dos processos de contratação em TI	

Tabela 17 – Morosidade no processo licitatório

RISCO - IMPROPRIEDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (X) SELEÇÃO DO FORNECEDOR () CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA () MÉDIA (X) BAIXA	
IMPACTO	(X) MUITO GRANDE () GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Retrabalho e atraso na realização da contratação pleiteada.	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Seguir a legislação relacionada às contratações em geral e contratações de bens e serviços de TI.	Integrante Requisitante / Técnico / Administrativo
2	Atender as recomendações do Controle Interno	Integrante Requisitante
3	Agir com transparência e velar pela aplicação dos princípios norteadores da Administração Pública.	Integrante Requisitante / Técnico / Administrativo
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Atender com celeridade as demandas da Licitação.	Integrante Requisitante / Técnico / Administrativo
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Pessoal - Inobservância das legislações e princípios relacionados às contratações em TI.	
2	Processo - Falta de controle das recomendações do Controle Interno	

Tabela 18 – Impropriedades no processo licitatório

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

RISCO - FRACASSO NO PROCESSO LICITATÓRIO		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (X) SELEÇÃO DO FORNECEDOR () CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA () MÉDIA (X) BAIXA	
IMPACTO	(X) MUITO GRANDE () GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Retrabalho para novo procedimento licitatório.	
2	Anulação do processo de contratação pleiteada	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Seguir a legislação relacionada às contratações em geral e contratações de bens e serviços de tecnologia da informação.	Integrante Requisitante Integrante Técnico Integrante Administrativo
2	Proceder à especificação dos itens de forma que a maior quantidade possível de licitantes possa participar do certame.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
3	Seguir o trâmite administrativo para aprovação de documentos referentes à contratação.	Integrante Requisitante Integrante Técnico Integrante Administrativo
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Atender com celeridade as demandas da Licitação.	Integrante Requisitante Integrante Técnico Integrante Administrativo
2	Correção da documentação pertinente, estimativa e outros documentos necessários ao processo.	
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Pessoal - Inobservância de preços públicos e requisitos mínimos necessários.	
2	Pessoal - Especificações limitadas dos produtos e serviços do mercado.	
3	Pessoal - Documentação elaborada sem observância das normas	

Tabela 19 – Fracasso no processo licitatório

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**FASES DA CONTRATAÇÃO**

RISCO - NÃO ASSINATURA DO CONTRATO		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
() SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
(X) CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA () MÉDIA (X) BAIXA	
IMPACTO	(X) MUITO GRANDE () GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Atraso na realização da contratação pleiteada.	
2	Revogação da contratação	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Convocar, dentro do prazo e condições estabelecidas, o interessado para assinar o termo de contrato.	Ocupantes de cargos com poder de decisão
2	Elaborar e promover a gestão orçamentária e financeira por meio de um plano de despesas orçamentárias anuais da STI	Ocupantes de cargos com poder de decisão Integrante Requisitante
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Convocar, dentro do prazo e condições estabelecidas, os licitantes remanescentes para manifestar o interesse e assinar o termo de contrato.	Ocupantes de cargos com poder de decisão
2	Realizar a gestão orçamentária e financeira junta as instâncias necessárias para realização de despesas.	
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Fator externo - Desistência do fornecedor em atender as demandas	
2	Fator externo - Falta de recurso orçamentário e financeiro para atendimento da contratação	

Tabela 20 – Não assinatura do contrato

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

RISCO - ATRASO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO () SELEÇÃO DO FORNECEDOR (X) CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA (X) MÉDIA () BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE () GRANDE (X) MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Contratação com início postergado	
2	Paralisação de serviços.	
3	Provimento extemporâneo dos setores demandantes	
4	Impossibilidade de prestar os serviços de forma a efetivar as entregas	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Estabelecer um prazo razoável para prestação dos serviços.	Integrante Técnico Integrante Requisitante
2	Estabelecer penalizações por atrasos, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.	Integrante Administrativo Ocupantes de cargos com poder de decisão
3	Realizar um estudo técnico preliminar sobre a estrutura tecnológica do TCDF.	Integrante Técnico Integrante Requisitante
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Aplicar penalizações por atrasos, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato	Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão.
2	Efetivar ações junto aos prestadores para início ou continuidade dos serviços.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
3	Agilizar as adaptações da estrutura para início dos serviços.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Processo - Falta de controle nos trâmites da contratação	
2	Pessoal - Falta de controle na entrega dos produtos ou execução do serviço	
3	Processo - Falta de cronograma de contratação	
4	Estrutura Física - Parque tecnológico não preparado para recepcionar as contratações	

Tabela 21 – Atraso na prestação do serviço do objeto

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

RISCO – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO REALIZADO CONFORME EXIGIDO.		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
() SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
(X) CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA () MÉDIA (X) BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Não provimento adequado do TCDF	
2	Contratações Ineficazes	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Realizar os estudos técnicos preliminares com profundidade e técnica devida para obter e atender às necessidades do TCDF.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
2	Realizar reuniões com as áreas interessadas a fim de obter suas necessidades.	Integrante Requisitante
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Adaptar os serviços do TCDF, com os meios disponibilizados.	Integrante Requisitante / Técnico
2	Iniciar os Estudos Estratégicos de Tecnologia da Informação	Ocupantes de cargos com poder de decisão
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Pessoal - Inexistência de pesquisa e estudo sobre demandas	
2	Pessoal - Ausência de Estudos Estratégicos de TI	

Tabela 22 – Prestação do serviço não realizados conforme exigidos.

RISCO - INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
() SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
(X) CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA () MÉDIA (X) BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Impossibilidade de celebração contratual	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Atentar aos requisitos de habilitação, quando da elaboração da documentação (Projeto Básico/Termo de Referência)	Integrante Requisitante / Técnico / Administrativo
2	Pesquisar o histórico contratual das licitantes contratadas.	Integrante Requisitante
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Aplicar penalizações, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.	Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão.
2	Convocar, dentro do prazo e condições estabelecidas, os licitantes remanescentes para manifestar o interesse e assinar o termo de contrato.	Ocupantes de cargos com poder de decisão
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Pessoal - Inobservância dos critérios de habilitação na documentação elaborada.	

Tabela 23 – Inexecução total do contrato

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

RISCO - INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO		
() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
() SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
(X) CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE	() ALTA () MÉDIA (X) BAIXA	
IMPACTO	() MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO	
DANO – CONSEQUÊNCIA		
1	Provimento extemporâneo dos setores demandantes	
2	Rescisão contratual	
ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Atentar aos requisitos contratuais, quanto a inexecução parcial da contratação, quanto da execução contratual.	Integrante Requisitante Integrante Técnico
2	Pesquisar o histórico contratual das licitantes contratadas, quanto a execução dos contratos realizados com a Administração Pública.	Integrante Requisitante
3	Acompanhar a execução contratual para evitar subcontratações não autorizadas.	Integrante Requisitante Integrante Administrativo
ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Aplicar penalizações, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.	Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão.
2	Convocar, dentro do prazo e condições estabelecidas, os licitantes remanescentes para manifestar o interesse e assinar o termo de contrato, caso a rescisão contratual venha ocorrer.	Ocupantes de cargos com poder de decisão
CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)		
1	Fator Externo - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.	
2	Fator Externo - Subcontratação com terceiros não admitidos no Edital	

Tabela 24 – Inexecução parcial do contrato

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**ANEXO 2 – MATRIZ COMPARATIVA ENTRE AS SOLUÇÕES SELECIONADAS**

COMPARATIVO ENTRE SOLUÇÕES DO MERCADO						
REQUISITOS		LIFERAY	JOOMLA	WORDPRESS	DRUPAL	PLONE
Gestão de infraestrutura						
1	Permitir a definição de ambientes diferentes para desenvolvimento, homologação e produção.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2	Disponibilizar dispositivos para transferência de dados e configurações entre os ambientes.	Sim	Não	Não	Sim	Não
3	Permitir alterações apenas na estrutura dos ambientes, sem alterar necessariamente seus conteúdos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Permitir transferência de partes específicas entre os ambientes, sem a necessidade de transferências completas.	Sim	Não	Não	Não	Não
5	Permitir exportação de conteúdos e/ou configurações dos portais para uma base de arquivos, para posterior importação em outra instalação ou ambiente.	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
6	Permitir que esta exportação possa ser feita por conteúdo, por comunidade, por grupo e por sub-sites.	Sim	Não	Não	Não	Não
7	Permitir o desenvolvimento de múltiplos portais na mesma instalação, com endereços (URLs) diferentes.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
8	Possibilitar a administração de todos os portais no mesmo ambiente.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9	Possibilitar a definição de grupos de administradores diferentes para cada portal.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
10	Permitir a concessão de acesso ao administrador apenas para a estrutura dos portais aos quais tiver permissão de administração.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
11	Permitir o compartilhamento de componentes entre os portais por meio de interface gráfica, de modo que os componentes mantenham leiaute próprio, e seu conteúdo seja configurável para apresentar as mesmas informações ou informações específicas em cada portal instanciado.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
12	Permitir a criação de estruturas próprias em tantos níveis hierárquicos quanto necessários.	Sim	Não	Não	Não	Não
13	Disponibilizar interface gráfica para gerenciamento de toda estrutura de áreas, subáreas e páginas, sem a necessidade de programação, de forma que, quando essas forem criadas, editadas ou excluídas do portal, essas alterações sejam refletidas imediatamente na navegação do usuário que realizou a mudança.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

14	Garantir a compatibilidade dos conteúdos entre a versão de implantação e as futuras versões do portal, de modo que, ao ser feita a atualização de uma versão para uma mais nova, todos os conteúdos sejam recepcionados e disponibilizados automaticamente.	Sim	Não	Não	Sim	Não
Plataforma de desenvolvimento e customização						
15	Disponibilizar interface gráfica na própria ferramenta para configuração e parametrização de funcionalidades.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
16	Suportar o desenvolvimento, a publicação e a depuração remota de funcionalidades em ambiente integrado via <i>web</i> , preferencialmente utilizando a IDE Eclipse.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
17	Disponibilizar APIs para acesso e manipulação dos conteúdos do portal, permitindo leitura, alteração, criação de novos conteúdos e exclusão de conteúdos.	Sim	Não	Não	Não	Não
18	Disponibilizar APIs para programação de aplicações integradas ao portal em linguagem Java ou PHP, a critério da CONTRATADA.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
19	Disponibilizar APIs para acesso e manipulação de usuários e grupos de usuários cadastrados no portal, permitindo a inclusão, exclusão e modificação dos dados de usuários e grupos, bem como a vinculação de usuários e grupos a permissões de acesso a objetos do portal.	Sim	Sim	Não	Não	Não
20	Permitir a transferência de códigos, conteúdos e perfis de segurança entre os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção no modo <i>hot deploy</i> , sem a necessidade de interromper os serviços do portal, sem ter que reiniciar o servidor de aplicação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
21	Possibilitar configuração e alteração dos recursos disponíveis pela ferramenta de acordo com as necessidades específicas da CONTRATANTE.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
22	Possibilitar a inclusão de extensões sem a perda da garantia do produto.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
23	Possibilitar desenvolvimento de extensões.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Integração						
24	Disponibilizar componentes/recursos para promover a integração com sistemas corporativos e conteúdos externos, especialmente sistemas desenvolvidos em Java, .NET, PHP, ASP, etc.	Sim	Não	Não	Não	Não
25	Possibilitar o desenvolvimento de componentes em linguagem Java que sejam inseridos à biblioteca de componentes do portal.	Sim	Não	Não	Não	Não
26	Reconhecer os componentes desenvolvidos de acordo com o padrão definido, aplicando as políticas de permissões através de interface da própria ferramenta.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
27	Disponibilizar uma API em Java ou PHP que permita a criação de programas para automatizar as tarefas de criação e gestão dos objetos do portal.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

28	Utilizar XML para representação dos dados a serem recuperados e manipulados por meio de APIs específicas.	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Endereçamento e portabilidade						
29	Gerar URL representativa e amigável, em língua portuguesa.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
30	Compor caminho da URL de acordo com a estrutura de navegação do portal.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Permitir a criação de nomes de páginas de acordo com seu conteúdo.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
32	Possibilitar a criação de regras específicas para geração da URL, permitindo a criação de nomenclatura significativa que facilite o acesso a conteúdos disponibilizados no portal.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
33	Não criar qualquer código automático e não significativo para os leitores de tela na URL.	Não	Não	Não	Não	Não
34	Permitir a construção de regras de nomenclatura de links que unifiquem e facilitem o acesso aos documentos e outros tipos de conteúdo.	Não	Não	Não	Não	Não
35	Permitir ao administrador mudar a estrutura do portal, incluindo a hierarquia de áreas e subáreas, além de mover componentes entre páginas, através da interface gráfica, sem que seja necessário consertar links entre os componentes do portal.	Sim	Não	Não	Não	Não
36	Possibilitar acesso ao conteúdo disponível no portal em dispositivos móveis como celulares e tablets, sem perda de qualidade ou configuração.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
37	Permitir criação de versões específicas para dispositivos móveis, com páginas e conteúdos existentes na versão principal.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
38	Apresentar visualizador da versão dos conteúdos pelos dispositivos móveis ao gestor da página ou do conteúdo.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
39	Oferecer compatibilidade com os principais navegadores do mercado, tais como: Internet Explorer 11 e superiores, Mozilla Firefox 38 e superiores, Google Chrome 43 e superiores, e, Safari 8 e superiores.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Idiomas						
40	Apresentar a interface de gestão de conteúdos em português do Brasil.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
41	Possibilitar a publicação de conteúdos em diferentes idiomas, permitindo a internacionalização do portal no mínimo em português do Brasil, inglês e espanhol.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

42	Permitir o uso dos diferentes idiomas na mesma estrutura de páginas, sem que haja árvores de páginas diferentes para cada idioma.	Sim	Não	Não	Sim	Sim
43	Possibilitar a definição prévia pelo administrador dos idiomas que serão disponibilizados para inserção de conteúdo pelos usuários.	Sim	Sim	Não	Sim	Não
44	Possibilitar ao usuário final a escolha do idioma no qual deseja visualizar os portais.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Auditoria e estatísticas						
45	Manter informações (logs) no padrão W3C que permitam monitorar a colaboração dos usuários, suas operações e acessos, e o registro de data e hora da ação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
46	Manter histórico das operações de criação, alteração ou exclusão de páginas e conteúdos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
47	Manter estatística de acesso por página e conteúdo.	Parcial	Não	Não	Não	Não
48	Disponibilizar a visualização das informações coletadas nos itens anteriores através da própria interface gráfica do portal.	Parcial	Não	Não	Não	Não
49	Dados estatísticos de acesso: personalizados e integração com o Google Analytics (por página, matéria, vídeo e transmissões).	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Gestão de conteúdos						
50	Possibilitar a criação e edição de páginas web com a definição da posição e diagramação dos componentes de navegação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
51	Permitir a diagramação do leiaute e instanciação dos componentes nas páginas através do uso de interface WYSIWYG com recursos drag-and-drop, sem a necessidade de conhecimentos em programação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
52	Permitir a definição pelo administrador das regiões de cada página que poderão ter sua diagramação alterada pelo usuário final.	Sim	Não	Não	Não	Não
53	Permitir a definição pelo administrador dos componentes e instâncias de componentes que poderão ser acrescentados ou retirados de uma página pelo usuário final.	Sim	Não	Não	Não	Não
54	Permitir que determinados usuários definam a diagramação de uma página a ser utilizada como padrão pelos demais usuários.	Sim	Não	Não	Não	Não
55	Permitir a definição pelo administrador de quais recursos de formatação do editor e páginas devem estar disponíveis para os usuários.	Sim	Não	Não	Não	Não
56	Permitir a criação de diferentes leiautes para cada página do portal.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
57	Aceitar definições de folhas de estilo (css) específicas como formatação obrigatória.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

58	Permitir a edição de cada componente por meio da própria interface gráfica.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
59	Permitir a criação de modelos de páginas ou conjuntos de páginas.	Sim	Não	Não	Não	Não
60	Apresentar páginas originárias do modelo com as mesmas características definidas neste, que só poderão ser alteradas no próprio modelo.	Sim	Não	Não	Não	Não
61	Oferecer opção para indicar se as alterações executadas no modelo deverão ser refletidas nas páginas oriundas deste.	Sim	Não	Não	Não	Não
62	Possibilitar desvincular páginas originárias de modelos, tornando-as editáveis de forma independente.	Sim	Não	Não	Não	Não
63	Possibilitar a associação de um arquivo HTML para definição do leiaute e diagramação de uma página, inclusive dos recursos CSS, imagens e Javascripts.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
64	Possibilitar a conversão dessa página em modelo para outras páginas.	Sim	Não	Não	Não	Não
65	Possibilitar a associação de componentes do portal às regiões existentes na página incorporada, com o uso de recurso drag-and-drop.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
66	Possibilitar a definição de informações ou regiões a serem exibidas na versão de impressão das páginas, além dos tipos de conteúdos e componentes publicáveis em cada região e leiaute de impressão.	Sim	Sim	Não	Não	Não
67	Gerar códigos HTML das páginas compatível com as recomendações do padrão W3C (uso de HTML e XHTML)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
68	Permitir a alteração do leiaute dos componentes com uso de XSL/XML, sem a necessidade de alteração do código fonte.	Sim	Não	Não	Não	Sim
69	Possibilitar a utilização do mesmo componente com leiautes diferentes em páginas diferentes.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
70	Realizar alterações no HTML gerado por qualquer componente ou elemento do componente da mesma forma.	Parcial	Sim	Sim	Sim	Sim
71	Permitir a definição de componentes e de instâncias destes que possam ser acrescentados à página pelos usuários finais, a critério do administrador da solução.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
72	Permitir que os usuários acrescentem, retirem ou alterem a diagramação de componentes em áreas definidas pelo administrador.	Sim	Não	Não	Não	Não
73	Permitir que usuários específicos definam a diagramação de uma página a ser visualizada como padrão pelos outros usuários, a critério do administrador.	Sim	Não	Não	Não	Não
74	Permitir que usuários publiquem conteúdos no portal sem conhecimentos prévios em programação web, utilizando editor de texto em ambiente WYSIWYG, com as características abaixo.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

75	Possuir recursos de modificação e formatação de fontes, cor do texto, parágrafos, posicionamento, inserção de tabelas, imagens, entre outros.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
76	Aceitar textos criados em outros editores de texto, preservando conteúdo e formatação visual.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
77	Permitir visualização e alteração do código HTML pelo usuário que alterou a diagramação, a critério do administrador.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
78	Ser executado em ambiente web, integrado à interface gráfica de edição de conteúdos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
79	Permitir a customização das suas funcionalidades (botões) de acordo com cada usuário, a critério do administrador.	Sim	Sim	Não	Não	Não
80	Possibilitar a atualização remota através de celulares e tablets.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
81	Permitir que administradores criem tipos de conteúdos novos e diferenciados dos nativos, com os requisitos descritos abaixo.	Sim	Não	Não	Sim	Não
83	Permitir a criação de campos novos alimentados através de tabelas de banco de dados ou listas de valores, sem a necessidade de conhecimentos de programação.	Sim	Não	Não	Não	Não
84	Possibilitar a definição de fluxo de aprovação padrão para cada tipo, passível de definição específica de fluxo por instância de portal.	Sim	Não	Não	Não	Não
85	Permitir a criação dos campos via interface gráfica, sem necessidade de conhecimentos em programação.	Sim	Não	Não	Sim	Não
86	Permitir a definição dos recursos de publicação a serem disponibilizados para os gestores de determinado tipo de conteúdo.	Sim	Não	Não	Sim	Não
87	Permitir a criação de formulários públicos ou restritos a serem preenchidos pelos usuários.	Sim	Não	Não	Sim	Não
88	Apresentar campos de formulário básicos e seus descritivos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
89	Permitir que os conteúdos dos formulários possam ser enviados a um e-mail pré-cadastrado ou ser armazenado e acessado em banco de dados.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
90	Permitir a qualquer tipo de conteúdo ser agrupado em seções.	Sim	Não	Não	Não	Não
91	Possibilitar a criação de diversas seções para o mesmo tipo de conteúdo, com publicadores, aprovadores e administradores diferentes.	Sim	Não	Não	Sim	Não
92	Possibilitar a definição de diferentes fluxos de aprovação para cada seção de um mesmo tipo de conteúdo.	Sim	Não	Não	Não	Não
93	Refletir na hierarquia de seções a estrutura de áreas do portal.	Sim	Não	Não	Não	Não
94	Permitir copiar uma área do portal e suas seções de conteúdo, criando automaticamente novas seções do mesmo tipo associadas à nova área.	Sim	Sim	Não	Não	Não

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

95	Remover automaticamente as seções de conteúdo associadas quando uma área do portal for removida.	Sim	Não	Não	Não	Não
96	Permitir mover as seções de conteúdo entre áreas do portal.	Sim	Sim	Não	Não	Não
97	Visualizar em uma área do portal seções de conteúdo associadas a outras áreas.	Sim	Sim	Não	Não	Não
98	Possibilitar que o publicador selecione, no próprio formulário de publicação, em que seções o conteúdo deve ser publicado.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
99	Permitir a visualização das seções a serem selecionadas no formulário para publicação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
100	Permitir a criação de uma área do portal para administração de conteúdo, que seja acessível apenas aos usuários que têm permissões para gerenciar conteúdo.	Sim	Sim	Não	Não	Não
101	Permitir que a área de administração de conteúdo seja definida de forma totalmente customizada em termos de funcionalidades e layout.	Sim	Sim	Não	Não	Não
102	Permitir a publicação de seções de conteúdo no formato RSS.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
103	Possibilitar a pré-visualização do conteúdo antes de sua publicação efetiva.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
104	Oferecer a visualização do conteúdo de maneira idêntica à publicação efetiva, inclusive com o layout definido para a página destino e seus demais conteúdos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
105	Possibilitar inclusão de arquivos anexos a conteúdos publicados no portal.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
106	Disponibilizar repositório que permita aos usuários publicadores gerenciar e organizar imagens incluídas em seus conteúdos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
107	Possibilitar a inclusão de imagens no repositório carregadas diretamente do computador do publicador.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
108	Permitir a organização de imagens em hierarquia de pastas.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
109	Oferecer a possibilidade de criação de diversos repositórios de imagens, com permissões de leitura e escrita diferentes.	Sim	Não	Não	Não	Não
110	Possuir recurso para criação e administração de álbuns de fotos, sem necessidade de programação adicional.	Sim	Não	Não	Não	Não
111	Permitir a definição de fluxo de aprovação para que determinados perfis de usuários tenham que aprovar um conteúdo publicado por algum usuário antes que este seja disponibilizado efetivamente.	Sim	Não	Não	Não	Não
112	Possibilitar a configuração dos passos em cada fluxo.	Sim	Não	Não	Não	Não
113	Possibilitar a definição dos perfis de aprovação em cada fluxo.	Sim	Não	Não	Não	Não

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

114	Enviar notificações automaticamente por e-mail quando o usuário receber conteúdo que dependa de sua ação para ser publicado.	Sim	Não	Não	Não	Não
115	Permitir a associação de um fluxo de aprovação diferente a cada seção de tipo de conteúdo.	Sim	Não	Não	Não	Não
116	Armazenar automaticamente versões anteriores dos conteúdos, e possibilitar a utilização de versões anteriores sem perda da atual.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
117	Prover controle de alteração do conteúdo, para que dois usuários não alterem o mesmo conteúdo ao mesmo tempo.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
118	Prover nativamente a inclusão de diferentes tipos de conteúdo, tais como: notícias, eventos, <i>links</i> , <i>banners</i> , documentos, perguntas mais frequentes (FAQ), entre outros, sem que seja necessário criar tipos de conteúdo novos ou fazer novos desenvolvimentos.	Sim	Sim	Não	Não	Não
119	Permitir a utilização do recurso de Captcha ("Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart") nas páginas do portal de modo a garantir a disponibilização da página que se quer proteger somente a usuários humanos.	Sim	Não	Não	Não	Não
120	Oferecer, a critério do administrador, recursos para que usuários possam se pronunciar a respeito dos conteúdos publicados, com comentários, com ou sem moderação, e atribuição de notas ou categorias (<i>tags</i>).	Sim	Não	Não	Não	Não
121	Possuir solução para envio de e-mails e SMS automáticos que notifiquem usuários cadastrados sobre novos conteúdos disponíveis.	Não	Não	Não	Não	Não
122	Possibilitar a definição pelos usuários dos assuntos sobre os quais desejam receber informações.	Não	Não	Não	Não	Não
123	Enviar e-mails periodicamente com os novos conteúdos publicados, de acordo com o interesse do usuário, em periodicidade configurável.	Não	Não	Não	Não	Não
124	Permitir a definição de modelos de malas diretas por email a serem enviadas regularmente aos usuários, de modo que o padrão visual do e-mail possa ser previamente definido.	Não	Não	Não	Não	Não
125	Possibilitar que os administradores do sistema enviem conteúdos que permitam aperfeiçoar os recursos disponíveis para publicação de conteúdos no portal.	Não	Não	Não	Não	Não
126	Possibilitar a escolha, pelos administradores, dos perfis de usuários para os quais os e-mails devem ser enviados.	Não	Não	Não	Não	Não
127	Possuir solução para envio periódico, a critério do administrador, de e-mails automáticos aos usuários finais, para notificá-los sobre novos conteúdos disponíveis, permitindo a definição dos assuntos de interesse pelos usuários.	Não	Não	Não	Não	Não
Biblioteca multimídia						


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

128	Permitir a instânciação e gestão de bibliotecas de documentos específicas por comunidades e portais.	Sim	Não	Não	Não	Não
129	Permitir a instânciação e gestão de galerias multimídia específicas por comunidades e portais.	Sim	Não	Não	Não	Não
130	Permitir bloqueio e aplicação de permissões nos arquivos.	Sim	Sim	Não	Sim	Não
131	Suportar os formatos mais comuns de arquivos de texto, imagens, áudio e vídeo (pdf, doc, docx, txt, xls, xlsx, ppt, pptx, tif, gif, bmp, jpg, jpeg, mp3, wav, wma, wmv, swf, avi, mp4, etc).	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
132	Possibilitar controle de versões.	Sim	Não	Não	Sim	Não
133	Possibilitar a criação de campos (metadados) por tipo de documento.	Sim	Não	Não	Sim	Não
134	Possibilitar categorização do conteúdo pelos usuários por meio de etiquetagem (<i>tags</i>), a critério do administrador.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
135	Permitir criação e organização de documentos em taxonomias hierárquicas.	Sim	Não	Não	Não	Não
136	Permitir avaliação da relevância dos documentos pelos usuários, a critério do administrador.	Sim	Não	Não	Não	Não
137	Permitir comentários dos usuários aos conteúdos, com ou sem moderação e a critério do administrador.	Sim	Não	Não	Não	Não
138	Disponibilizar formulário para inclusão de vídeos com adequação automática de tamanho e formato (resolução e tipo do arquivo), em função de definições do administrador.	Não	Não	Não	Não	Não
139	Possibilitar configuração de apresentação da biblioteca, como a quantidade de imagens exibidas em cada página.	Sim	Não	Não	Não	Não
140	Permitir que conteúdos de qualquer tipo possam ser associados a um determinado conteúdo e apresentados na lista de itens relacionados ("ver também").	Sim	Não	Não	Sim	Não
141	Disponibilizar ferramenta automática para anexação de fotos com conversão de resolução automática.	Não	Não	Não	Não	Não
142	Permitir a inclusão de "slide show" de fotos.	Sim	Não	Não	Não	Não
Redes Sociais						
143	Permitir a integração com as redes sociais do Facebook, Twitter, GooglePlus e Youtube.	Sim	Não	Não	Sim	Não
144	Possibilitar que o publicador selecione, no formulário de publicação, o compartilhamento do conteúdo com as redes sociais.	Sim	Não	Não	Sim	Não
145	Inserir os ícones das redes sociais (Twitter/Facebook/GooglePlus/Flickr) mostrando foto e resumo do conteúdo e suas funções de compartilhamento, no início e fim de cada matéria.	Sim	Não	Não	Sim	Não

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Notícias e eventos						
146	Apresentar funcionalidade de publicação de notícias, com editor de conteúdos WYSIWYG.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
147	Aceitar definições de folhas de estilo (css) específicas como formatação obrigatória.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
148	Permitir a associação de imagens e outros arquivos às notícias.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
149	Possibilitar a definição do público-alvo da notícia.	Sim	Não	Não	Não	Não
150	Possibilitar a instanciação de portlets de notícias em páginas específicas, que mostrarão as notícias selecionadas por categorias e/ou tags, a critério do administrador.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
151	Permitir a definição da data em que a notícia será publicada.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
152	Permitir a definição de um fluxo de aprovação para a notícia.	Sim	Não	Não	Sim	Não
153	Apresentar funcionalidade de publicação de eventos, com editor de conteúdos WYSIWYG.	Sim	Não	Não	Não	Não
154	Aceitar definições de folhas de estilo (css) específicas como formatação obrigatória.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
155	Apresentar eventos em função do perfil de visualização dos usuários.	Sim	Não	Não	Não	Não
156	Permitir a associação de imagens, documentos, apresentações, vídeos e outros arquivos aos eventos, incluindo-os na biblioteca multimídia a partir da inclusão da notícia.	Sim	Não	Não	Não	Não
157	Possibilitar visualização dos eventos em forma de calendário (diário, semanal, mensal).	Sim	Não	Não	Não	Não
158	Permitir a criação de agendas de eventos para grupos restritos, compartilhada apenas entre seus membros.	Sim	Não	Não	Não	Não
159	Permitir o agendamento de postagem das notícias nas redes sociais.	Não	Não	Não	Não	Não
160	Possibilitar a integração com o Clipping contratado com empresa terceirizada.	Não	Sim	Não	Sim	Não
161	Permitir a criação de pop-ups.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
162	Permitir caracteres especiais nos títulos e tamanho máximo do título de 150 caracteres.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Banners						

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

163	Permitir a criação de banners rotativos via formulário a ser preenchido, sem necessidade de conhecimentos em programação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
164	Aceitar pelo menos os seguintes atributos: imagem, texto alternativo, <i>link</i> de destino e área de destino.	Sim	Sim	Não	Não	Não
165	Permitir a definição de datas de publicação e expiração, assim como a ordem de apresentação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
166	Aceitar definições de folhas de estilo (css) específicas como formatação obrigatória.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mapa do produto						
167	Promover a visualização dinâmica da estrutura hierárquica das páginas do portal, com <i>link</i> direto para a página referenciada, carregado a partir das permissões de cada usuário.	Sim	Sim	Não	Sim	Não
168	Gerar o mapa automaticamente, a partir da hierarquia das páginas.	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Comunidades de prática e colaboração						
169	Prover interface para gestão de usuários e concessão de permissões nas comunidades e em seus recursos pelo próprio gestor, sem a necessidade de conhecimento de programação para sua utilização.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
170	Possibilitar criação de perfis de acordo com papéis, em função das permissões de acesso de cada usuário.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
171	Oferecer recursos de biblioteca multimídia, fórum de discussão, enquete, wiki, blog, calendário compartilhado e mensageria (chat), sem necessidade de conhecimentos em programação para sua utilização.	Sim	Não	Não	Não	Não
172	Permitir a instanciação de mecanismo de busca configurável, para que os resultados apontem para os conteúdos disponibilizados na comunidade.	Sim	Não	Não	Não	Não
173	Permitir a inclusão de anexos no fórum de discussão,.	Sim	Não	Não	Não	Não
174	Oferecer edição de textos em HTML com características WYSIWYG para fórum de discussões, wiki e blog.	Sim	Sim	Não	Não	Não
175	Permitir que este editor de texto disponibilizado nos fóruns possa ser customizado de forma a selecionar quais funcionalidades do editor estará disponível, a critério do administrador.	Não	Não	Não	Não	Não
176	Permitir a criação de múltiplos grupos de discussão em cada comunidade, em função do perfil de acesso.	Sim	Não	Não	Não	Não
177	Oferecer recurso de moderação para aprovação de conteúdos de fóruns de discussões.	Sim	Não	Não	Não	Não
178	Possibilitar criação de diversos assuntos e categorias de mensagens num mesmo fórum.	Sim	Não	Não	Não	Não


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

179	Disponibilizar recurso para criação e administração de wiki por comunidade.	Sim	Não	Não	Não	Não
180	Prover o controle de versões das páginas da wiki automaticamente.	Sim	Não	Não	Não	Não
181	Permitir a categorização do conteúdo da wiki.	Sim	Não	Não	Não	Não
182	Possibilitar a avaliação da relevância dos conteúdos da comunidade pelos usuários finais.	Sim	Não	Não	Não	Não
183	Possibilitar a validação dos conteúdos da comunidade por um usuário gestor ou moderador.	Sim	Não	Não	Não	Não
184	Possuir recurso para criação e administração de enquetes, com possibilidade de seleção do tipo de opção a ser marcado, de múltipla escolha ou única alternativa.	Sim	Não	Não	Não	Não
185	Permitir que as enquetes sejam públicas, privativas a um grupo/comunidade do portal, ou privativa a usuários previamente cadastrados.	Sim	Não	Não	Não	Não
186	Possuir recurso para exibição de resultado parcial e final de enquetes, com informação gráfica.	Sim	Não	Não	Não	Não
187	Disponibilizar recurso para criação e administração de blogs.	Sim	Não	Não	Não	Não
188	Possuir recurso de mensageria corporativa (<i>chat</i>).	Sim	Não	Não	Não	Não
189	Realizar reuniões online em tempo real entre duas ou mais pessoas numa mesma sala de conferência (<i>hangout</i>), com possibilidade de agendamento de início e término das reuniões.	Não	Não	Não	Não	Não
Busca textual						
190	Oferecer mecanismo de indexação e pesquisa de conteúdos em diferentes bases do portal.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
191	Oferecer diversos critérios de ordenação como data de publicação e relevância.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
192	Permitir configuração do índice de relevância de cada item pelo administrador do portal.	Não	Sim	Não	Sim	Não
193	Permitir a busca seletiva em todo o portal, por comunidade ou em determinada área e suas subáreas específicas, a critério do administrador ou sob escolha do usuário.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
194	Apresentar na lista de resultados da busca imagem que represente o conteúdo, para aqueles que têm imagem associada.	Sim	Não	Não	Sim	Não
195	Disponibilizar filtros para os resultados das buscas pelo tipo de conteúdo (texto, imagens, vídeos, notícias, documentos).	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
196	Permitir restrição da indexação e da busca por áreas específicas.	Sim	Não	Não	Sim	Sim
197	Classificar resultados por diversos critérios (relevância, data de publicação, título, etc).	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

198	Indexar conteúdos imediatamente após a publicação e disponibilizá-los automaticamente para serem indexados pelo motor de busca do Google.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
199	Apresentar páginas de resultado em HTML ou XHTML, atendendo às recomendações do W3C, para facilitar a indexação por sistemas de busca externos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
200	Apresentar resultados de busca destacando nos textos apresentados as ocorrências da palavra/texto usado como critério da pesquisa.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
201	Apresentar resultados da busca em função das permissões de acesso dos usuários e do nível de segurança do recurso encontrado.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
202	Indexar documentos publicados com anexos (texto e PDF).	Sim	Não	Não	Sim	Sim
203	Permitir a restrição da busca aos conteúdos que estejam em determinada área e suas subáreas.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
204	Permitir que administradores especifiquem quais componentes do portal devem ter seus conteúdos indexados pelo mecanismo de busca.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
205	Permitir que o mecanismo de busca nativo da solução possa ser substituído por um mecanismo de busca externo sem perda das capacidades da busca.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
206	Permitir ao administrador configurar, sem a necessidade de conhecimentos de programação, a geração automática de arquivos que auxiliem as ferramentas de busca externas na indexação dos conteúdos do portal, além das áreas a serem indexadas e da periodicidade de indexação.	Sim	Não	Não	Não	Não
Acessibilidade						
207	Gerar códigos HTML das páginas compatíveis com as recomendações do padrão W3C quanto ao uso de HTML e XHTML.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
208	Gerar automaticamente, por opção do administrador, códigos sem uso de tabelas, a Não ser para exibição de conteúdo, de acordo com o padrão de acessibilidade tableless.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
209	Oferecer recurso para verificação automática das regras de acessibilidade quando da alteração do layout da página, emitindo um alerta quanto ao desacordo com os padrões.	Não	Não	Não	Não	Não
210	Permitir a execução, pelos administradores, de verificações periódicas de compatibilidade com as recomendações de acessibilidade em áreas específicas, com geração de relatório com o resultado da verificação.	Não	Não	Não	Não	Não
Gestão de usuários e grupos						
211	Dispor de diretório nativo de usuários e grupos, que possibilite o gerenciamento de perfis, independente de sistema externo de diretórios.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
212	Permitir a existência mista e Simultânea de usuários e grupos criados na solução e oriundos de base externa.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

213	Usar diretório de usuários único para todos os módulos da ferramenta.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
214	Disponibilizar interface gráfica para criação, edição, exclusão e agrupamento de usuários e grupos pelos administradores.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
215	Atualizar membros dos grupos automaticamente na medida em que mudam os atributos dos usuários.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
216	Permitir a autenticação e autorização na solução de membros e grupos automáticos com a mesma sistemática dos grupos com membros explícitos.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
217	Permitir a sincronização de usuários e grupos com repositório externo utilizando protocolo LDAP.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
218	Importar e sincronizar usuários e grupos de base externa para repositório da solução, que poderão ser administrados pela solução, pelo sistema de origem ou por ambos Simultaneamente, a critério do administrador.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
219	Oferecer o mesmo tratamento de autorização e permissão aos usuários e grupos importados e aos usuários e grupos criados na solução.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
220	Possibilitar login integrado (<i>single sign on</i>), ao sincronizar dados de acesso do usuário ao computador (Windows) e autenticá-lo automaticamente no portal.	Sim	Não	Não	Sim	Sim
221	Permitir a propagação da autenticação no portal, inclusive para usuários autenticados externamente à rede Windows da CONTRATANTE, para os sistemas externos ao portal. A autenticação no novo contexto deve ocorrer de forma transparente para o usuário.	Sim	Não	Não	Não	Não
222	Oferecer mecanismo nativo de autenticação de usuários, que permita autenticá-los no ambiente de administração e nas áreas ou recursos restritos dos portais.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
223	Permitir ao administrador especificar, via interface gráfica, que áreas do portal devam ser acessadas via protocolo HTTPS.	Não	Sim	Não	Sim	Não
224	Permitir a especificação de permissões pelos administradores, via interface gráfica, para definição de autorização de usuários e grupos para cada recurso do portal (páginas, áreas, componentes, etc).	Sim	Sim	Não	Sim	Não
225	Permitir que sejam atribuídas permissões a grupos e usuários, para visualizar ou administrar atributos específicos de páginas, áreas ou componentes.	Sim	Sim	Não	Sim	Não
226	Possibilitar que permissões atribuídas a determinada área sejam herdadas ou não pelas subáreas ou subpáginas.	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Gestão de Segurança da Informação e Comunicação						
227	Controle de SQL Injection	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
228	Implementa métodos confiáveis de autenticação Broken Authentication	Sim	Não	Não	Sim	Sim



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

229	Inspecionar elementos da página Sensitive Data Exposure	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
230	Controle de injeção em XML External Entities (XXE)	Sim	Não	Não	Não	Não
231	Validação do perfil de acesso Broken Access Control	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
232	Controle de arquivo de configuração padrão Security Misconfiguration	Sim	Não	Não	Não	Sim
233	Controle de injeção de códigos maliciosos Cross-Site Scripting (XSS)	Sim	Não	Sim	Não	Sim
234	Controle de acesso remoto Insecure Deserialization	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
235	Controle de bibliotecas de terceiros Using Components with Known Vulnerabilities	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
236	Monitoramento de Logs Insufficient Logging & Monitoring	Sim	Não	Não	Não	Não
Total de requisitos atendidos:		LIFERAY	JOOMLA	WORDPRESS	DRUPAL	PLONE
		213	124	87	136	114

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A Solução de TI pretendida deverá compreender as atividades de suporte e atualização de versão da plataforma (item 1), bem como serviços técnicos especializados sob demanda (item 2), devendo rodar em ambiente web, integrado à interface gráfica de edição de conteúdos com serviços de desenvolvimento de novos produtos, contando ainda com as seguintes características:

1. Ampliação dos serviços oferecidos e aumento da transparência e publicidade das informações mantidas e produzidas pelo TCDF.
2. Disponibilizar serviços digitais internos e externos, assegurando a ampliação dos acessos do público alvo da inovação dos serviços.
3. Melhoria de governança no TCDF, considerando riscos, desempenho, alinhamento estratégico, compliance e assuntos relacionados às tecnologias de informação e comunicação - TIC.
4. Melhoria da comunicação interna do TCDF sobre indicadores e resultados produzidos pelo órgão.
5. Permitir a definição de ambientes diferentes para desenvolvimento, homologação e produção.
6. Permitir que dispositivos façam a transferência de dados e configurações entre os ambientes.
7. Permitir alterações apenas na estrutura dos ambientes, sem alterar necessariamente seus conteúdos.
8. Permitir transferência de partes específicas entre os ambientes, sem a necessidade de transferências completas.
9. Permitir exportação de conteúdos e/ou configurações da solução e/ou produtos para uma base de arquivos, para posterior importação em outra instalação ou ambiente.
10. Permitir que esta exportação possa ser feita por conteúdo, por comunidade, por grupo e por subsites.
11. Permitir o desenvolvimento de múltiplas soluções e/ou produtos na mesma instalação, com endereços (URLs) diferentes.
12. Possibilitar a administração de todas as soluções e/ou produtos no mesmo ambiente.
13. Possibilitar a definição de grupos de administradores diferentes para cada produto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

14. Permitir a concessão de acesso ao administrador apenas para a estrutura das soluções e/ou produtos aos quais tiver permissão de administração.

15. Permitir o compartilhamento de componentes entre as soluções e/ou produtos por meio de interface gráfica, de modo que os componentes mantenham leiaute próprio, e seu conteúdo seja configurável para apresentar as mesmas informações ou informações específicas em cada produto instanciado.

16. Permitir a criação de estruturas próprias em tantos níveis hierárquicos quanto necessários.

17. Disponibilizar interface gráfica para gerenciamento de toda estrutura de áreas, subáreas e páginas, sem a necessidade de programação, de forma que, quando essas forem criadas, editadas ou excluídas do produto, essas alterações sejam refletidas imediatamente na navegação do usuário que realizou a mudança.

18. Garantir a compatibilidade dos conteúdos entre a versão de implantação e as futuras versões do produto, de modo que, ao ser feita a atualização de uma versão para uma mais nova, todos os conteúdos sejam recepcionados e disponibilizados automaticamente.

19. Disponibilizar interface gráfica na própria ferramenta para configuração e parametrização de funcionalidades.

20. Suportar o desenvolvimento, a publicação e a depuração remota de funcionalidades em ambiente integrado via web.

21. Disponibilizar APIs para acesso e manipulação dos conteúdos do produto, permitindo leitura, alteração, criação de novos conteúdos e exclusão de conteúdos.

22. Disponibilizar APIs para programação de aplicações integradas ao produto em linguagem Java ou PHP, a critério da CONTRATADA.

23. Disponibilizar APIs para acesso e manipulação de usuários e grupos de usuários cadastrados no produto, permitindo a inclusão, exclusão e modificação dos dados de usuários e grupos, bem como a vinculação de usuários e grupos a permissões de acesso a objetos do produto.

24. Permitir a transferência de códigos, conteúdos e perfis de segurança entre os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção no modo hot *deploy*, sem a necessidade de interromper os serviços do produto, sem ter que reiniciar o servidor de aplicação.

25. Possibilitar configuração e alteração dos recursos disponíveis pela ferramenta de acordo com as necessidades específicas da CONTRATANTE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

26. Possibilitar a inclusão de extensões sem a perda da garantia do produto.
27. Disponibilizar componentes/recursos para promover a integração com sistemas corporativos e conteúdos externos, especialmente sistemas desenvolvidos em Java, .NET, PHP, ASP, etc.
28. Possibilitar o desenvolvimento de componentes em linguagem Java que sejam inseridos à biblioteca de componentes do produto.
29. Reconhecer os componentes desenvolvidos de acordo com o padrão definido, aplicando as políticas de permissões através de interface da própria ferramenta.
30. Disponibilizar uma API REST que permita a criação de programas para automatizar as tarefas de criação e gestão dos objetos do produto.
31. Dispor de profissionais com qualificações compatíveis às apresentadas no Anexo V deste ETP – Qualificação dos Perfis Profissionais.
32. Gerar URL representativa e amigável, em língua portuguesa.
33. Compor caminho da URL de acordo com a estrutura de navegação do produto.
34. Permitir a criação de nomes de páginas de acordo com seu conteúdo.
35. Possibilitar a criação de regras específicas para geração da URL, permitindo a criação de nomenclatura significativa que facilite o acesso a conteúdos disponibilizados no produto.
36. Permitir ao administrador mudar a estrutura do produto, incluindo a hierarquia de áreas e subáreas, além de mover componentes entre páginas, através da interface gráfica, sem que seja necessário consertar links entre os componentes do produto.
37. Possibilitar acesso ao conteúdo disponível no produto em dispositivos móveis como celulares e tablets, sem perda de qualidade ou configuração.
38. Permitir criação de versões específicas para dispositivos móveis, com páginas e conteúdos existentes na versão principal.
39. Apresentar visualizador da versão dos conteúdos pelos dispositivos móveis ao gestor da página ou do conteúdo.
40. Oferecer compatibilidade com os principais navegadores do mercado, tais como: Internet Explorer 11 e superiores, Mozilla Firefox 38 e superiores, Google Chrome 43 e superiores, e, Safari 8 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

superiores.

41. Apresentar a interface de gestão de conteúdos em português do Brasil.
42. Possibilitar a publicação de conteúdos em diferentes idiomas, permitindo a internacionalização do produto no mínimo em português do Brasil, inglês e espanhol.
43. Possibilitar a definição prévia pelo administrador dos idiomas que serão disponibilizados para inserção de conteúdo pelos usuários.
44. Manter informações (logs) no padrão W3C que permitam monitorar a colaboração dos usuários, suas operações e acessos, e o registro de data e hora da ação.
45. Manter histórico das operações de criação, alteração ou exclusão de páginas e conteúdos.
46. Dados estatísticos de acesso: personalizados e integração com o Google Analytics e Microsoft Clarity (por página, matéria, vídeo e transmissões).
47. Permitir a diagramação do leiaute e instanciação dos componentes nas páginas através do uso de interface WYSISWYG com recursos drag-and-drop, sem a necessidade de conhecimentos em programação.
48. Permitir a definição pelo administrador das regiões de cada página que poderão ter sua diagramação alterada pelo usuário final.
49. Permitir a definição pelo administrador dos componentes e instâncias de componentes que poderão ser acrescentados ou retirados de uma página pelo usuário final.
50. Permitir que determinados usuários definam a diagramação de uma página a ser utilizada como padrão pelos demais usuários.
51. Permitir a definição pelo administrador de quais recursos de formatação do editor e páginas devem estar disponíveis para os usuários.
52. Aceitar definições de folhas de estilo (css) específicas como formatação obrigatória.
53. Possibilitar desvincular páginas originárias de modelos, tornando-as editáveis de forma independente.
54. Possibilitar a associação de um arquivo HTML para definição do leiaute e diagramação de uma página, inclusive dos recursos CSS, imagens e Javascripts.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

55. Possibilitar a associação de componentes do produto às regiões existentes na página incorporada, com o uso de recurso drag-and-drop.

56. Possibilitar a definição de informações ou regiões a serem exibidas na versão de impressão das páginas, além dos tipos de conteúdos e componentes publicáveis em cada região e leiaute de impressão.

57. Permitir a alteração do leiaute dos componentes com uso de XSL/XML, sem a necessidade de alteração do código fonte.

58. Possibilitar a utilização do mesmo componente com leiautes diferentes em páginas diferentes.

59. Permitir que usuários específicos definam a diagramação de uma página a ser visualizada como padrão pelos outros usuários, a critério do administrador.

60. Possuir recursos de modificação e formatação de fontes, cor do texto, parágrafos, posicionamento, inserção de tabelas, imagens, entre outros.

61. Aceitar textos criados em outros editores de texto, preservando conteúdo e formatação visual.

62. Permitir visualização e alteração do código HTML pelo usuário que alterou a diagramação, a critério do administrador.

63. Permitir a customização das suas funcionalidades (botões) de acordo com cada usuário, a critério do administrador.

64. Possibilitar a atualização remota através de celulares e tablets.

65. Permitir que administradores criem tipos de conteúdos novos e diferenciados dos nativos, com os requisitos descritos abaixo.

66. Permitir a criação de campos novos alimentados através de tabelas de banco de dados ou listas de valores, sem a necessidade de conhecimentos de programação.

67. Possibilitar a definição de fluxo de aprovação padrão para cada tipo, passível de definição específica de fluxo por instância de produto.

68. Permitir a criação dos campos via interface gráfica, sem necessidade de conhecimentos em programação.

69. Permitir a definição dos recursos de publicação a serem disponibilizados para os gestores de determinado tipo de conteúdo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

70. Permitir a criação de formulários públicos ou restritos a serem preenchidos pelos usuários.
71. Permitir que os conteúdos dos formulários possam ser enviados a um e-mail pré-cadastrado ou ser armazenado e acessado em banco de dados.
72. Possibilitar a criação de diversas seções para o mesmo tipo de conteúdo, com publicadores, aprovadores e administradores diferentes.
73. Possibilitar a definição de diferentes fluxos de aprovação para cada seção de um mesmo tipo de conteúdo.
74. Permitir copiar uma área do produto e suas seções de conteúdo, criando automaticamente novas seções do mesmo tipo associadas à nova área.
75. Remover automaticamente as seções de conteúdo associadas quando uma área do produto for removida.
76. Permitir mover as seções de conteúdo entre áreas do produto.
77. Possibilitar que o publicador selecione, no próprio formulário de publicação, em que seções o conteúdo deve ser publicado.
78. Permitir a criação de uma área do produto para administração de conteúdo, que seja acessível apenas aos usuários que têm permissões para gerenciar conteúdo.
79. Permitir que a área de administração de conteúdo seja definida de forma totalmente customizada em termos de funcionalidades e leiaute.
80. Permitir a publicação de seções de conteúdo no formato RSS.
81. Possibilitar a pré-visualização do conteúdo antes de sua publicação efetiva.
82. Oferecer a visualização do conteúdo de maneira idêntica à publicação efetiva, inclusive com o leiaute definido para a página destino e seus demais conteúdos.
83. Disponibilizar repositório que permita aos usuários publicadores gerenciar e organizar imagens incluídas em seus conteúdos.
84. Possibilitar a inclusão de imagens no repositório carregadas diretamente do computador do publicador.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

85. Permitir a organização de imagens em hierarquia de pastas.
86. Oferecer a possibilidade de criação de diversos repositórios de imagens, com permissões de leitura e escrita diferentes.
87. Possuir recurso para criação e administração de álbuns de fotos, sem necessidade de programação adicional.
88. Permitir a definição de fluxo de aprovação para que determinados perfis de usuários tenham que aprovar um conteúdo publicado por algum usuário antes que este seja disponibilizado efetivamente.
89. Enviar notificações automaticamente por e-mail quando o usuário receber conteúdo que dependa de sua ação para ser publicado.
90. Permitir a associação de um fluxo de aprovação diferente a cada seção de tipo de conteúdo.
91. Armazenar automaticamente versões anteriores dos conteúdos, e possibilitar a utilização de versões anteriores sem perda da atual.
92. Prover controle de alteração do conteúdo, para que dois usuários não alterem o mesmo conteúdo ao mesmo tempo.
93. Prover nativamente a inclusão de diferentes tipos de conteúdo, tais como: notícias, eventos, links, banners, documentos, perguntas mais frequentes (FAQ), entre outros, sem que seja necessário criar tipos de conteúdo novos ou fazer novos desenvolvimentos.
94. Permitir a utilização do recurso de Captcha ("Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart") nas páginas do produto de modo a garantir a disponibilização da página que se quer proteger somente a usuários humanos.
95. Oferecer, a critério do administrador, recursos para que usuários possam se pronunciar a respeito dos conteúdos publicados, com comentários, com ou sem moderação, e atribuição de notas ou categorias (tags).
96. Permitir a instanciação e gestão de bibliotecas de documentos específicas por comunidades e soluções e/ou produtos.
97. Permitir a instanciação e gestão de galerias multimídia específicas por comunidades e soluções e/ou produtos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

98. Permitir bloqueio e aplicação de permissões nos arquivos.
99. Suportar os formatos mais comuns de arquivos de texto, imagens, áudio e vídeo (pdf, doc, docx, txt, xls, xlsx, ppt, pptx, tif, gif, bmp, jpg, jpeg, mp3, wav, wma, wmv, swf, avi, mp4, etc).
100. Possibilitar controle de versões.
101. Possibilitar a criação de campos (metadados) por tipo de documento.
102. Possibilitar categorização do conteúdo pelos usuários por meio de etiquetagem (tags), a critério do administrador.
103. Permitir criação e organização de documentos em taxonomias hierárquicas.
104. Permitir comentários dos usuários aos conteúdos, com ou sem moderação e a critério do administrador.
105. Possibilitar configuração de apresentação da biblioteca, como a quantidade de imagens exibidas em cada página.
106. Permitir que conteúdos de qualquer tipo possam ser associados a um determinado conteúdo e apresentados na lista de itens relacionados ("ver também").
107. Permitir a inclusão de "slide show" de fotos.
108. Permitir a integração com as redes sociais do Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn e Youtube.
109. Possibilitar que o publicador selecione, no formulário de publicação, o compartilhamento do conteúdo com as redes sociais.
110. Inserir os ícones das redes sociais, mostrando foto e resumo do conteúdo e suas funções de compartilhamento, no início e fim de cada matéria.
111. Apresentar funcionalidade de publicação de notícias, com editor de conteúdos WYSIWYG.
112. Aceitar definições de folhas de estilo (css) específicas como formatação obrigatória.
113. Permitir a associação de imagens e outros arquivos às notícias.
114. Possibilitar a definição do público-alvo da notícia.
115. Possibilitar a instanciação de portlets de notícias em páginas específicas, que mostrarão as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

notícias selecionadas por categorias e/ou tags, a critério do administrador.

116. Permitir a definição da data em que a notícia será publicada.
117. Permitir a definição de um fluxo de aprovação para a notícia.
118. Apresentar funcionalidade de publicação de eventos, com editor de conteúdos WYSIWYG.
119. Permitir a associação de imagens, documentos, apresentações, vídeos e outros arquivos aos eventos, incluindo-os na biblioteca multimídia a partir da inclusão da notícia.
120. Possibilitar visualização dos eventos em forma de calendário (diário, semanal, mensal).
121. Permitir a criação de agendas de eventos para grupos restritos, compartilhada apenas entre seus membros.
122. Permitir a criação de pop-ups.
123. Permitir caracteres especiais nos títulos e tamanho máximo do título de 150 caracteres.
124. Permitir a criação de banners rotativos via formulário a ser preenchido, sem necessidade de conhecimentos em programação.
125. Aceitar pelo menos os seguintes atributos: imagem, texto alternativo, link de destino e área de destino.
126. Permitir a definição de datas de publicação e expiração, assim como a ordem de apresentação.
127. Promover a visualização dinâmica da estrutura hierárquica das páginas do produto, com link direto para a página referenciada, carregado a partir das permissões de cada usuário.
128. Gerar o mapa automaticamente, a partir da hierarquia das páginas.
129. Prover interface para gestão de usuários e concessão de permissões nas comunidades e em seus recursos pelo próprio gestor, sem a necessidade de conhecimento de programação para sua utilização.
130. Oferecer recursos de biblioteca multimídia, fórum de discussão, enquete, wiki, blog, calendário compartilhado e mensageria (chat), sem necessidade de conhecimentos em programação para sua utilização.
131. Permitir a instanciação de mecanismo de busca configurável, para que os resultados apontem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

para os conteúdos disponibilizados na comunidade.

132. Oferecer edição de textos em HTML com características WYSIWYG para fórum de discussões, wiki e blog.

133. Permitir a criação de múltiplos grupos de discussão em cada comunidade, em função do perfil de acesso.

134. Oferecer recurso de moderação para aprovação de conteúdos de fóruns de discussões.

135. Possibilitar criação de diversos assuntos e categorias de mensagens num mesmo fórum.

136. Disponibilizar recurso para criação e administração de wiki por comunidade.

137. Prover o controle de versões das páginas da wiki automaticamente.

138. Permitir a categorização do conteúdo da wiki.

139. Possibilitar a avaliação da relevância dos conteúdos da comunidade pelos usuários finais.

140. Possibilitar a validação dos conteúdos da comunidade por um usuário gestor ou moderador.

141. Possuir recurso para criação e administração de enquetes, com possibilidade de seleção do tipo de opção a ser marcado, de múltipla escolha ou única alternativa.

142. Permitir que as enquetes sejam públicas, privativas a um grupo/comunidade do produto, ou privativa a usuários previamente cadastrados.

143. Possuir recurso para exibição de resultado parcial e final de enquetes, com informação gráfica.

144. Disponibilizar recurso para criação e administração de blogs.

145. Possuir recurso de mensageria corporativa (chat).

146. Oferecer mecanismo de indexação e pesquisa de conteúdos em diferentes bases do produto.

147. Permitir a busca seletiva em todo o produto, por comunidade ou em determinada área e suas subáreas específicas, a critério do administrador ou sob escolha do usuário.

148. Apresentar na lista de resultados da busca imagem que represente o conteúdo, para aqueles que têm imagem associada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

149. Disponibilizar filtros para os resultados das buscas pelo tipo de conteúdo (texto, imagens, vídeos, notícias, documentos).
150. Permitir restrição da indexação e da busca por áreas específicas.
151. Classificar resultados por diversos critérios (relevância, data de publicação, título, etc.).
152. Indexar conteúdos imediatamente após a publicação e disponibilizá-los automaticamente para serem indexados pelo motor de busca do Google.
153. Apresentar páginas de resultado em HTML ou XHTML, atendendo às recomendações do W3C, para facilitar a indexação por sistemas de busca externos.
154. Apresentar resultados de busca destacando nos textos apresentados as ocorrências da palavra/texto usado como critério da pesquisa.
155. Apresentar resultados da busca em função das permissões de acesso dos usuários e do nível de segurança do recurso encontrado.
156. Indexar documentos publicados com anexos (texto e PDF).
157. Permitir a restrição da busca aos conteúdos que estejam em determinada área e suas subáreas.
158. Permitir que o mecanismo de busca nativo da solução possa ser substituído por um mecanismo de busca externo sem perda das capacidades da busca.
159. Permitir ao administrador configurar, sem a necessidade de conhecimentos de programação, a geração automática de arquivos que auxiliem as ferramentas de busca externas na indexação dos conteúdos do produto, além das áreas a serem indexadas e da periodicidade de indexação.
160. Gerar códigos HTML das páginas compatíveis com as recomendações do padrão W3C quanto ao uso de HTML e XHTML.
161. Dispor de diretório nativo de usuários e grupos, que possibilite o gerenciamento de perfis, independente de sistema externo de diretórios.
162. Permitir a existência mista e simultânea de usuários e grupos criados na solução e oriundos de base externa.
163. Usar diretório de usuários único para todos os módulos da ferramenta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

164. Disponibilizar interface gráfica para criação, edição, exclusão e agrupamento de usuários e grupos pelos administradores.

165. Atualizar membros dos grupos automaticamente na medida em que mudam os atributos dos usuários.

166. Permitir a autenticação e autorização na solução de membros e grupos automáticos com a mesma sistemática dos grupos com membros explícitos.

167. Permitir a sincronização de usuários e grupos com repositório externo utilizando protocolo LDAP/LDAPS.

168. Importar e sincronizar usuários e grupos de base externa para repositório da solução, que poderão ser administrados pela solução, pelo sistema de origem ou por ambos Simultaneamente, a critério do administrador.

169. Oferecer o mesmo tratamento de autorização e permissão aos usuários e grupos importados e aos usuários e grupos criados na solução.

170. Possibilitar login integrado (single sign on), ao sincronizar dados de acesso do usuário ao computador (Windows) e autenticá-lo automaticamente no produto.

171. Permitir a propagação da autenticação no produto, inclusive para usuários autenticados externamente à rede Windows da CONTRATANTE, para os sistemas externos ao produto. A autenticação no novo contexto deve ocorrer de forma transparente para o usuário.

172. Oferecer mecanismo nativo de autenticação de usuários, que permita autenticá-los no ambiente de administração e nas áreas ou recursos restritos das soluções e/ou produtos.

173. Permitir a especificação de permissões pelos administradores, via interface gráfica, para definição de autorização de usuários e grupos para cada recurso do produto (páginas, áreas, componentes, etc.).

174. Permitir que sejam atribuídas permissões a grupos e usuários, para visualizar ou administrar atributos específicos de páginas, áreas ou componentes.

175. Possibilitar que permissões atribuídas a determinada área sejam herdadas ou não pelas subáreas ou subpáginas.

176. Atender às demandas da Assessoria de Comunicação do TCDF, que incluem: possibilidade de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

inclusão de plugins para inserção/leitura de documentos em PDF; banco de imagens e vídeos; recursos de acessibilidade, como audiodescrição dos textos, alternativa textual para faixas de áudio, avatar de Libras; páginas voltadas para a experiência do usuário. No que diz respeito à acessibilidade, destaca-se aqui o Projeto de Lei nº 1090, de 2021 (Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/147852>), que altera o § 1º do art. 63 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63. § 1º Os sítios da internet de que trata o caput contarão, entre outros, com os seguintes recursos de acessibilidade, nos termos de regulamentação específica:

I – símbolo de acessibilidade em destaque;

II – barra de acessibilidade, com alto contraste e links de atalho;

III – navegação por teclado;

IV – avatar ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);

V – descrição das imagens;

VI – identificação do idioma principal da página;

VII – informação acerca da mudança de idioma do conteúdo;

VIII – explicação de siglas, abreviaturas e palavras incomuns;

IX – possibilidade de redimensionamento da página sem perda de funcionalidade;

X – disponibilidade de alternativa sonora ou textual para vídeos que não incluam faixas de áudio;

XI – disponibilidade de alternativa textual para faixas de áudio.

1 - ITEM 1 - Suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior pelo período de 12 (doze) meses.

A contratada deverá disponibilizar, em até 30 dias úteis após a assinatura do contrato, todas as ações necessárias para o início da implantação dos ambientes digitais na plataforma on-premise.

Entende-se como suporte e atualização da plataforma Liferay Community Edition em sua versão 7.4 ou superior a prestação de serviços de atualização, manutenção e correção, nos ambientes de produção e homologação, não obstante que versões superiores devam ser suportadas futuramente, incluindo:

Estabilidade de longo prazo do software;

Número de registro de incidentes ilimitado;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Suporte via web: 24 x 7, 365 dias/ano;

Tempo máximo de resposta: 24 (vinte e quatro) horas, conforme Níveis de Serviço descritos adiante;

Suporte via Telefone: 24 x 7, 365 dias/ano;

Tempo máximo de resposta via telefone: 2 (duas) horas;

Tempo máximo de resposta emergencial: 1 (uma) hora;

Autorização de recebimento de upgrades regulares;

Autorização de recebimento de patches e hotfixes;

Aplicação de Nível Mínimo de Serviço Exigido NMSE;

Migração e atualização da ferramenta;

Instalação e configuração da ferramenta no ambiente da CONTRATANTE.

O serviço deverá compreender todos os encargos previstos neste ETP, pelo período de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato ou documento correspondente.

Deverá possibilitar suporte profissional, realizado por uma equipe capacitada e preparada da CONTRATADA para atender a chamados conforme exigências de formação técnica e Acordo de Nível de Serviço previstos neste ETP.

Deverá prover estabilidade de longo prazo do software e atualização da versão da plataforma, em número ilimitado de registro de incidentes.

Entende-se por “atualização da versão” o fornecimento de novas funcionalidades, correções de bugs, disponibilização de “plug-ins” e “fix” de segurança corretivos ou evolutivos da versão do software da plataforma.

A solução proposta deverá atender inicialmente a mesma demanda de utilização do portal atualmente em ambiente local com a finalidade de:

Garantir a manutenção dos conteúdos necessários pelos usuários gestores de conteúdo das diversas áreas do portal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Garantir o acesso dos colaboradores e usuários com acesso restrito ao portal a qualquer momento aos diversos ambientes e serviços integrados restritos na intranet e internet.

Garantir que qualquer usuário anônimo tenha os mesmos acessos realizados atualmente aos serviços e informações públicos através da ferramenta de portal.

Os serviços, integrações e customizações deverão ser compatíveis com as atualizações na ferramenta utilizada através da plataforma, e caso necessário através do acesso restrito através de VPN da rede interna.

2 - ITEM 2 - Serviços técnicos especializados na Solução Liferay Community Edition versão 7.4 ou superior, sob demanda.

A CONTRATADA deverá disponibilizar a quantidade de UST's definidas no item 6 deste ETP em serviços técnicos especializados para implantação da Solução Liferay Community Edition 7.4 ou superior, a serem executados conforme CATÁLOGO DE SERVIÇOS, contemplando todas as ações necessárias para que o TCDF possa iniciar a utilização da solução, bem como para execução de demandas de planejamento e desenvolvimento de novos ambientes, manutenções de natureza evolutiva ou corretiva, em tecnologia Liferay Community Edition 7.4 ou superior ou em tecnologias compatíveis, além de manutenção geral à ferramenta, compreendendo, mas não limitado aos aspectos elencados a seguir.

Definir, em comum acordo com a CONTRATANTE, as configurações e parametrizações necessárias para suportar a implantação e uso da Plataforma, contemplando os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção;

Importar e/ou replicar e manter atualizado o Design System da CONTRATANTE na plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, conforme documentação a ser entregue;

Estruturar, implementar e montar, no âmbito da ferramenta, os portais, páginas web, landing pages, hotspots e domínios que serão demandados, compreendendo: implantação de templates, layout, testes de usabilidade, desenvolvimento de microssistemas de gerenciamento de conteúdo e outras ações necessárias nesta etapa, mitigando possíveis riscos;

Estruturar, desenvolver, implementar e montar as aplicações complementares à ferramenta Liferay Community Edition 7.4 ou superior, em tecnologias compatíveis à ferramenta, com vistas à integração tecnológica, compreendendo: arquitetura tecnológica da aplicação, plano de integração, plano de gerenciamento, layout, testes de usabilidade, desenvolvimento, deploy e outras ações necessárias,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

mitigando possíveis riscos;

Entende-se por aplicações complementares todas aquelas cujo desenvolvimento se mostrar mais satisfatório em tecnologias externas à Liferay Community Edition 7.4 ou superior, sempre com vistas à integração com a mesma, ou na forma de portlets web em outras linguagens que não sejam Java (como Ruby, PHP, Python, Microsoft Power Platform etc.), que possam ser acrescentados às páginas dos sites, sendo considerado para tal decisão critérios técnicos/tecnológicos e financeiros, sempre com a consultoria da CONTRATADA e aprovação final da CONTRATANTE.

Entende-se por tecnologias compatíveis todas aquelas cuja integração com a Liferay Community Edition 7.4 ou superior se apresentar mais fácil e rápida.

Nos casos em que se optar pelo desenvolvimento externo à Plataforma Liferay Community Edition, a CONTRATADA deverá realizar o deploy nos servidores internos da CONTRATANTE, nos termos da Metodologia de Trabalho.

Para cada nova demanda/projeto, mediante a formalização da necessidade a ser atendida, o orçamento e planejamento de recursos da CONTRATADA para execução deverão ser realizados sem custo adicional para a CONTRATANTE e a prestação de serviços deve iniciar-se apenas após a formalização do aceite do orçamento disposto nos termos da Metodologia de Trabalho.

Antes do início da execução de novos projetos de portais, páginas web, landing pages, hotspots, dentre outros, deverá ser apresentado pela CONTRATADA um plano de trabalho, a ser aprovado pelo CONTRATANTE, que deverá contemplar:

Cronograma de trabalho, contemplando descrição de entregáveis, seus prazos e estimativas de UST's;

Previsão de disponibilização de profissionais da CONTRATADA, elencando os perfis necessários e dedicação para o projeto.

Realizar as parametrizações e configurações, desenhar e executar planos de testes de qualidade e das customizações e integrações, coletando evidências dos testes de sites, páginas, novas funcionalidades, customizações e integrações, realizar os ajustes identificados e as documentações necessárias, conforme definido na fase de planejamento;

Apoiar na identificação e definição dos principais indicadores e métricas de qualidade para os sites e aplicações, bem como disponibilizar painéis e informações para acompanhamento de performance dos ambientes, com dados de acessos, usuários, sessões, pageviews etc.;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Desenhar e construir a arquitetura das soluções, das customizações e integrações, contemplando:

Desenho, construção, documentação e testes de integrações com as soluções previstas neste documento;

Desenho, construção, documentação e testes de integrações com os sistemas externos e com o serviço de diretório (AD) da CONTRATANTE;

Realizar o desenho, o desenvolvimento, a implementação, a atualização e a publicação de customizações e integrações em projetos novos ou a título de evolução nos projetos existentes, bem como fazer os testes, a análise e o detalhamento técnico e a documentação das novas funcionalidades, customizações e integrações solicitadas pela CONTRATANTE;

Realizar, no decorrer do desenvolvimento, os testes de qualidade, a publicação e a sustentação e/ou manutenção das novas funcionalidades, customizações e integrações;

Identificar, acompanhar e mitigar riscos ou potencialização de oportunidades nas customizações, integrações e novos projetos;

Contribuir proativamente identificando e apresentando proposições de melhorias e/ou novas demandas relacionadas a customizações e integrações;

Apoiar na construção e detalhamento dos processos de governança e gestão de sites e conteúdo, bem como a construção de fluxos de aprovações, segmentações e outras funcionalidades afins;

Realizar e apoiar as atividades relacionadas à governança e ciclo de vida dos produtos digitais, das customizações e das integrações;

Apoiar as atividades de planejamento da CONTRATADA, seja com fornecimento de insumos e informações técnicas a respeito das possibilidades tecnológicas da ferramenta, seja operacionalizando atividades relativas a UX/UI, UXW e Web Analytics, quando se fizer necessário e havendo demanda para tal;

Elaborar e manter atualizada a documentação necessária referente a todos os artefatos ligados às customizações e integrações, em projetos novos ou evolução;

Realizar atividades de desenvolvimento, edição, publicação, atualização e gestão de sites e seus conteúdos, sob demanda, principalmente em situações em que a demanda for de natureza complexa aos conhecimentos dos times da CONTRATANTE, além de prestar apoio aos times da CONTRATANTE quanto à criação, edição, publicação, atualização e gestão dos sites e seus conteúdos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Apoiar na resolução de incidentes, atuando na análise de causa raiz e na solução do problema;

Realizar a sustentação e a manutenção das customizações, aplicações e integrações desenvolvidas pela CONTRATADA e apoiar quanto às automações e desenvolvimentos realizados pela equipe interna da CONTRATANTE.

Realizar demandas de manutenção evolutiva, tais como modificações não previstas nas fases de planejamento, concepção e construção, com o intuito de melhorar a qualidade dos produtos digitais, acrescentando novas funcionalidades, melhorando seu desempenho, ou até mesmo modificando seu código-fonte para implementar melhorias e adaptações de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.

Realizar demandas de Manutenção Corretiva, tais como correção de erros não identificados na fase de teste ou ajustes que possam ser necessários após a implementação do produto, observados os critérios estabelecidos na Metodologia de Trabalho.

Apoiar na conexão do serviço de hospedagem de repositório com a Plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior, em conta a ser fornecida pela CONTRATANTE, sendo que a CONTRATANTE deverá optar dentre os serviços GitHub, GitLab ou Bitbucket, os quais possuem compatibilidade com o Liferay Community Edition 7.4 ou superior.

Implementar, em cada projeto, o plano de métricas definido pela CONTRATANTE, a fim de mensurar o desempenho e o impacto das funcionalidades e melhorias implementadas nos produtos digitais desenvolvidos. Esta implementação inclui a inserção dos códigos e tags de acompanhamento (Google Analytics, Google Tag Manager, Microsoft Clarity, dentre outros) nas páginas do produto digital, bem como as demais configurações que se fizerem necessárias, prestando suporte e realizando esclarecimentos técnicos, sempre que necessário.

3 - Requisitos Mínimos de Proteção, Segurança e Governança para todas as Soluções:

Todos os desenvolvimentos e implementações deverão seguir os requisitos elencados a seguir, visando a garantia de segurança, governança e proteção de dados em nossas aplicações.

Todas as soluções devem ser disponibilizadas em Plataforma on-premise, respeitando o disposto nos itens a seguir, sem prejuízo da observância das boas práticas de segurança estabelecidas no mercado em constante atualização, sendo a CONTRATADA responsável pela escolha e utilização de todos os meios que considerar necessários e suficientes para garantir o perfeito atendimento dos requisitos necessários à segurança e à integridade dos dados;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Todas as licenças necessárias para a disponibilização da solução são de responsabilidade da CONTRATADA, bem como as respectivas atualizações e correções disponibilizadas pelos fornecedores da plataforma Liferay Community Edition 7.4 ou superior;

Todas as soluções devem ser totalmente compatíveis com, no mínimo, as versões correntes dos navegadores desktop: Firefox, Google Chrome e Microsoft Edge, tanto para os clientes quanto para o time da CONTRATANTE;

Todas as soluções devem ser compatíveis com as versões correntes dos navegadores nativos dos smartphones iOS e Android;

A compatibilidade com eventuais novas versões dos navegadores desktop e mobile deverá ser observada e mantida durante o decorrer do contrato;

As funcionalidades da solução deverão ser executadas integralmente a partir de um dos navegadores web suportados. Ou seja, a CONTRATADA deverá possibilitar o acesso a todos os recursos da solução sem a necessidade de um software cliente instalado nas estações de trabalho do time da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá oferecer Tecnologia CDN (Content Delivery Network) quando aplicável;

A solução deverá ser construída com a devida robustez e escalabilidade para ter capacidade de atender o volume de usuários, dados e transações demandados pela CONTRATANTE, sem degradação de desempenho, indiferentemente da quantidade de usuários em operação ou contratados, em conformidade com os dispositivos deste Estudo;

Todas as soluções devem ter suporte ao protocolo HTTPS, com utilização de certificados e criptografia SSL/TLS nativa, tanto no ambiente de administração, quanto para acesso ao público geral;

A solução deve ser construída de maneira a permitir a criação e a manutenção de perfis com diferentes permissões e níveis de acesso;

Para os projetos que tenham recurso de acesso mediante login e senha, a ferramenta deve reforçar as políticas de segurança de senhas abaixo descritas, sem prejuízo de futuras atualizações / evoluções:

Permitir a autenticação de duplo fator (MFA);

Obrigar o usuário a utilizar senhas fortes, com letras, números, caracteres especiais e, no mínimo, 10 caracteres;

Oferecer possibilidade de obrigar o usuário a alterar a senha com uma recorrência previamente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

estabelecida, a depender da natureza do projeto.

Senhas e demais informações classificadas como confidenciais e sensíveis devem ser armazenadas de forma criptografada nos Bancos de Dados;

Oferecer possibilidade de autenticação integrada com bases externas, tais como Azure AD e Active Directory Federation Services - ADFS 3.0, podendo, inclusive, ser utilizada funcionalidade de Single Sign On (SSO);

As integrações construídas com acesso remoto (como webservices, webhooks e APIs) devem contemplar a utilização de protocolo seguro SSL/TLS, com necessidade de autenticação e com restrição de origem das requisições;

A solução deve ser capaz de realizar envio de e-mails transacionais diretamente ou por meio de integração com relay externo. Para tanto, as partes deverão garantir a correta configuração de servidor (SPF/DNS);

As soluções desenvolvidas devem possuir todos os mecanismos e funcionalidades para estar em conformidade com a legislação brasileira vigente, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como as boas práticas de segurança, armazenamento e tratamento de dados durante a vigência do contrato;

A CONTRATADA deverá garantir que as soluções funcionem em ambientes segmentados, onde a aplicação e o banco de dados não compartilhem os mesmos recursos computacionais (servidor) e segmentos de rede; A CONTRATADA, nos casos em que o TCDF julgar necessário, deverá garantir a utilização de ferramenta para criptografar as informações do banco de dados, a fim de que não haja uso/visualização de informação confidencial de usuários e colaboradores ou outras informações pessoais sensíveis, de acordo com a avaliação feita pela CONTRATANTE em cada projeto;

Todas as soluções devem ser construídas com o recurso de Firewall, que permita realizar bloqueios baseados em países ou regiões de origem específicas;

A solução deve contar com ferramentas e mecanismos antifraude, principalmente no tocante a transações financeiras, tais como verificação de comportamento similar ao de robôs (BINs) ou detecção de comportamentos atípicos;

Caso solicitado, a CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE a base de dados com todas as informações contidas nas aplicações, em um arquivo de backup, que deverá ser compatível com as tecnologias utilizadas pela CONTRATANTE.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

A CONTRATADA deverá prover, em todos os projetos, dois ambientes não produtivos (ambiente de desenvolvimento e ambiente homologação), distintos e isolados - ao menos logicamente - daquele que contém o sistema efetivamente ativo em produção, que permitam o desenvolvimento, a verificação e a aprovação das modificações a serem realizadas antes que estas sejam efetivamente aplicadas em produção, principalmente aquelas relacionadas a novas integrações e customizações;

A solução deve oferecer opção de administradores personalizarem o tempo em que páginas administrativas e de áreas restritas permanecem em cache após o encerramento da aplicação;

A solução deve garantir proteção contra as principais técnicas de invasão de sistemas;

A solução deve embaralhar os dados em memória afim de não possibilitar a captura de informações através do acesso direto na memória;

A CONTRATADA deve realizar aplicação periódica de patches para correção de vulnerabilidades e bugs encontrados no sistema;

A CONTRATADA deverá realizar monitoramento permanente do ambiente para prevenir ataques cibernéticos, tentativas de invasão e roubo de informações;

Os eventos relacionados aos sistemas de segurança da Solução Liferay Community Edition 7.4 ou superior devem ser armazenados em log pelo tempo mínimo de 1 ano.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar avaliações de risco de segurança, seja através de sua equipe de auditoria de sistemas de segurança da informação, seja por meio de empresa por ela CONTRATADA. Estas avaliações, em havendo, serão agendadas com antecedência pela CONTRATANTE e poderão ser acompanhadas pela área de segurança da CONTRATADA. Durante estas visitas, documentações e informações pertinentes aos sistemas e ambientes poderão ser solicitadas à CONTRATADA e, uma vez que problemas sejam detectados pela auditoria de segurança, estes deverão ser corrigidos sem nenhuma espécie de ônus ou custo para a CONTRATANTE.

4 - Ambiente e Arquitetura Tecnológica:

Todos os serviços descritos neste ETP devem ser construídos de maneira a atender a estrutura tecnológica definida pelo TCDF, tanto no que se refere ao portal e ambientes atuais, quanto no tocante à nova arquitetura desejada, que foi pensada de maneira a permitir a reconstrução dos ambientes atuais, bem como a incorporação de futuros projetos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

5 - Do Modelo de Execução dos Serviços:

Os serviços serão prestados sob demanda e deverão ser executados e concluídos de acordo com as condições e prazos constantes da Ordem de Serviço.

A Infraestrutura deverá atender aos requisitos técnicos:

Segurança da Informação – Capacidade de garantir a segurança dos dados processados e armazenados no ambiente a ser continuado e atualizado tecnologicamente;

Escalabilidade – Capacidade de se adaptar em tempo hábil a uma rápida expansão, como exemplo, no atendimento do Planejamento de novos serviços oriundos da CONTRATANTE;

Economicidade – Promover atualização tecnológica e crescimento da capacidade sistêmica com aproveitamento dos softwares existentes;

Reutilização - Capacidade de intercambiar e reutilizar itens da estrutura de software existente.

Cabe à equipe da CONTRATADA planejar as entregas e prezar para que não ocorram atrasos por erros de planejamento e execução, sendo esta responsável por alertar a CONTRATANTE sobre eventuais problemas no andamento, tais como mudança no escopo de um serviço já aprovado e em execução ou necessidade de alocação de mais UST's ou perfis.

O serviço será demandado pela CONTRATANTE e liberado para a execução através do registro e aprovação das UST's estimadas de cada demanda. Esta fase equivale a uma ordem de serviço.

Os recursos de hardware e software necessários à execução das atividades serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

É de responsabilidade da CONTRATANTE aprovar as UST's estimadas para cada tarefa e acompanhar o relatório de UST's executadas.

O serviço será considerado entregue pela CONTRATANTE com o registro de aceite em sistema ou via e-mail, a partir da homologação e aceite da demanda. Esta fase irá compor o relatório de UST's, que será o documento oficial para mensuração e pagamento dos serviços realizados.

A CONTRATADA não poderá executar a demanda antes da aprovação das UST's estimadas, sob risco de não ser faturado, salvo em caso de urgências relacionadas a bugs em nossos ambientes de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

produção.

A seu critério, a CONTRATADA poderá utilizar-se de suas matrizes ou de seus representantes em outros estados para os serviços listados nesse ETP, desde que garantidas as condições previamente acordadas e sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, devendo o faturamento ocorrer sempre por meio da CONTRATADA. A CONTRATANTE preza pelo atendimento remoto, desde que respeitada a metodologia de trabalho aqui apresentada, respeitando os fluxos de trabalho que serão alinhados previamente.

Para o estabelecimento do prazo de execução e/ou entrega dos serviços, bem como o fornecimento dos insumos necessários, dos materiais produzidos e de toda a documentação de projeto, será utilizado sistema a critério da CONTRATANTE, sendo que as informações devem estar registradas de forma específica para cada demanda ou de forma geral, quando se tratar de informação de projeto.

Cada demanda ou conjunto de demandas deverá descrever o escopo do serviço a ser executado e cada projeto, antes de ser iniciado, deverá ter descrito no plano de trabalho o número de UST's orçadas, a previsão de sprints (se aplicável), o perfil da equipe alocada nas sprints e/ou no projeto como um todo, o cronograma do projeto e as condições de aceite dos entregáveis previamente acordadas com os POs da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar os serviços ou produtos previstos e autorizados, de acordo com a autorização formal recebida, no prazo definido, conforme planejamento e cronograma do projeto ou demanda autorizados. Cabe à CONTRATADA seguir os trâmites administrativos e financeiros descritos neste Estudo Técnico Preliminar(e seus anexos), assim como as instruções operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato recebidas no decorrer da prestação de serviços.

Atividades específicas que exigirem interação presencial com as áreas demandantes da CONTRATANTE, tais como levantamento de requisitos, mapeamento e documentação de processos, reuniões, entrevistas, e apresentações deverão ocorrer, preferencialmente, nas dependências da CONTRATANTE de segunda a sexta-feira, das 13h às 18h.

No prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, deverá ser realizada na sede da CONTRATANTE ou em outro meio a ser definido pela CONTRATANTE, uma reunião de alinhamento de expectativas entre representantes da CONTRATANTE e da empresa CONTRATADA. Essa reunião tem o propósito de alinhar as prioridades de atendimento, para início dos trabalhos com prioridades de operação plena em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

A CONTRATADA deve garantir a execução dos serviços sem interrupção, mantendo permanentemente equipe com a quantidade de componentes dimensionada para a execução dos serviços, substituindo, em caso de necessidade e sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer profissionais que se façam necessários, desde que mantidos os perfis técnicos.

O papel de Product Owner (gerente de projeto), estabelecido nas metodologias ágeis, será desempenhado por funcionários da CONTRATANTE, os quais serão responsáveis por coordenar os projetos junto aos stakeholders e times internos da CONTRATANTE. A CONTRATADA, por sua vez, deverá designar perfis de gerenciamento de projetos em seus times, que serão responsáveis por coordenar os desenvolvedores alocados para os projetos e fazer a interface junto aos Product Owners da CONTRATANTE. Essa divisão de responsabilidades garante que as equipes trabalhem juntas como um time estendido em linha, com os valores das metodologias ágeis apresentados neste Estudo Técnico.

A CONTRATADA deverá realizar a verificação e validação da qualidade dos produtos/serviços antes da entrega/execução para a CONTRATANTE. Estas por sua vez, realizarão a verificação da qualidade e conformidade com vistas ao aceite dos produtos/serviços.

O custo de verificação e validação da qualidade deve estar contemplado no custo do serviço/produto, não cabendo remuneração adicional.

A CONTRATANTE somente considerará entregue o serviço/produto após atestar o recebimento de todos os produtos/serviços especificados na demanda inicial, a adequação do produto/serviço entregue às necessidades dos usuários, o atendimento dos requisitos segundo as especificações funcionais e não-funcionais do escopo da demanda, o funcionamento da integração completa com os sistemas legados (se aplicável), a confiabilidade e a execução plena da solução, a entrega dos relatórios de testes realizados e a qualidade na documentação elaborada.

A CONTRATADA deverá efetuar, sem ônus para a CONTRATANTE, os acertos nas inconformidades encontradas.

A CONTRATADA deverá assegurar que a CONTRATANTE possa utilizar as soluções com autonomia, repassando para a equipe técnica destas todo o conhecimento necessário ao entendimento, sustentação e suporte do serviço entregue, tais como: chaves de acesso, procedimentos de parametrização e personalização, construção de templates para a solução, sem ônus para a CONTRATANTE, por meio de reuniões, documentos, manuais, workshops e apresentações.

A CONTRATADA deverá formalizar a transferência de conhecimento por meio de sistema estabelecido pela CONTRATANTE, sempre que os processos sofrerem mudanças, ou seja, quando houver

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

modificação da forma de atuar dos usuários nas soluções digitais, ou ainda quando a CONTRATANTE julgarem necessário e solicitarem. A CONTRATADA deverá descrever todas as atividades realizadas, conteúdo, métodos, aplicabilidades, participantes, bem como demais informações pertinentes para a manutenção dos produtos.

6 - Metodologia de Trabalho:

Metodologia de Gestão de Serviços de TI (governança), tendo como referência a ISO (9001:2000 – 17799, 20000, 27001), COBIT e ITIL. Metodologia de Gestão de Infraestrutura aderente às Políticas e Normas de Segurança da Informação e padrões ISO.

O TCDF poderá sugerir alterações nas políticas, normas, procedimentos, metodologias, ferramentas e técnicas discriminadas anteriormente, as quais, após análise e validação da CONTRATADA, deverão ser incorporadas ao acervo técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação, sem ônus adicionais e serão adotadas na execução dos serviços.

Todo e qualquer serviço a ser prestado será executado mediante uma Ordem de Serviço (OS) autorizada pelo Fiscal do Contrato, que será considerada parte gestor do contrato firmado entre o TCDF e a CONTRATADA, na qual serão detalhados os Itens de Serviço, a quantidade de UST necessária para cada serviço, os produtos e o prazo de execução da OS;

O Catálogo de Serviços apresentará ainda o quantitativo de UST's necessário e de acordo com o nível de complexidade de cada atividade. O prazo de garantia deverá ser respeitado pela CONTRATADA mesmo após o término do prazo de vigência do Contrato;

Além dos prazos acima (contratuais), a CONTRATADA deverá atender aos critérios objetivos e mensuráveis, estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar os serviços contratados;

Cada Ordem de Serviço – OS estabelecerá um ciclo de trabalho;

As estimativas de esforço da OS definirão os limites médios de atuação da contratada naquele ciclo de trabalho.

Para a execução dos serviços, deverá a CONTRATADA realizar suas atividades dentro do processo de trabalho definido pela CONTRATANTE, que é baseado em metodologia ágil, inclusive, dispondo sobre o modelo de trabalho em formato de sprints ou Kanban, conforme necessidade e contexto de cada projeto, sobre o correto cumprimento dos prazos e sobre os padrões de qualidade esperados. A CONTRATADA,

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

contudo, poderá colaborar sugerindo mudanças e visando melhoria contínua do processo de desenvolvimento das soluções digitais. Caberá à CONTRATANTE deliberar sobre o aceite de mudanças no processo, bem como promover os devidos ajustes junto à sua equipe para adequação à nova realidade.

A empresa CONTRATADA deve prezar pelos valores da metodologia de trabalho, promovendo a comunicação em tempo real, atuando de forma tanto adaptativa e preditiva para garantir a satisfação do usuário (consumidor) final. A empresa CONTRATADA deve prezar ainda pela clareza e simplicidade em seus processos internos, atuando com mais colaboração do que negociação, com motivação e confiança para responder rápido aos desafios e com visão contínua de produto de comunicação digital para amadurecimento e evoluções, por meio da medição contínua da performance.

Para realizar as fases de trabalho de maneira a lidar com as particularidades e complexidades de cada projeto, a CONTRATADA poderá propor à CONTRATANTE submetodologias de trabalho que complementem e auxiliem a metodologia principal.

A CONTRATADA deverá utilizar as ferramentas oficiais da CONTRATANTE para a execução dos serviços, sendo a versão gratuita dessas ferramentas suficiente para a execução dos trabalhos. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, a seu critério, substituir ou adicionar outras ferramentas que julguem necessárias para a realização dos serviços. A CONTRATADA deverá se adaptar às novas ferramentas e estar pronta para utilizá-las quando necessário, sempre com o objetivo de garantir a qualidade e eficiência na execução dos serviços contratados.

As etapas de trabalho devem seguir o cenário abaixo apresentado onde possam ser observados os processos claros e sucintos das etapas a serem executados pela CONTRATADA.

O processo segue a ordem: entendimento do projeto (briefing), arquitetura da informação (AI) com auxílio de dinâmicas, arquitetura de participação (AP), planejamento da experiência do usuário (UX), criação de wireframes, definição de guia de estilos, criação de design de interfaces (layouts), prototipação com fluxo de navegação, dinâmicas de validação da proposta, definição de infraestrutura, criação de ambiente, implementação (desenvolvimento do sistema) e implantação (entrega do produto final).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

ANEXO 4 – CATÁLOGO DE ATIVIDADES

1 - Serviço de apoio à infraestrutura dos ambientes Liferay

O Serviço de Apoio à Infraestrutura dos ambientes Liferay tem por objetivo sustentar os serviços existentes. É um tipo de serviço técnico que visa atender demandas pontuais e que são essenciais para a manutenção das soluções integradas ao portal.

As atividades deste serviço são relacionadas à manutenção da publicação de todas as informações e serviços que precisam ser disponibilizados na plataforma Liferay.

Atividades que podem ser executadas neste serviço, não se restringindo somente a elas:

Recuperação de serviços inoperantes;

Análise e diagnóstico de causa-raiz dos problemas de infraestrutura do ambiente;

Métricas e Indicadores para avaliar periodicamente a saúde de aplicações e da infraestrutura do ambiente;

Medição de índices de falhas, performance e disponibilidade;

Aplicar otimizações pontuais de desempenho (otimizações de banco de dados, mapas, sugestões de índices, entre outros) implementadas nos repositórios;

Apoiar no monitoramento Performance da Arquitetura;

Elaborar Procedimentos administrativos para a ferramentas

Apoiar na administração de banco de dados multidimensional;

Apoiar na atualização de ferramentas necessárias à manutenção e disponibilização de serviços na plataforma Liferay;

Apoiar o gerenciamento de serviços técnicos;

Analisar informações de erro (logs e feedback do usuário)

Deverá ser entregue relatório de proposta de otimização, e quando for o caso, relatório das modificações feitas.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Serviço de Apoio à Infraestrutura dos ambientes Liferay Community Edition

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média – Baixa x 1,5		Alta – Baixa x 2		Atualização – Baixa x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Mapear arquitetura de Infraestrutura atual	Questionário da infraestrutura atual	Quantidade de serviços (Ex: redes)	1-3	25	4-6	37,5	7-10	50	-	0,6x Faixa
Realizar proposta de arquitetura de referência	Relatório de proposta de arquitetura de referência	Quantidade de serviços (Ex: redes)	1-3	30	4-6	45	7-10	60	-	0,6x Faixa
Documentar arquitetura definida	Relatório de arquitetura de infraestrutura definida	Quantidade de mudanças da proposta de referência	1-2	15	3-4	22,5	5-6	30	-	0,6x Faixa
Realizar análise de serviços inoperantes	Relatório de evidências	Quantidade de serviços inoperantes	1-3	20	4-6	30	7-10	40	-	0,6x Faixa
Realizar solicitação de correção nos serviços	Relatório de correção	Quantidade de correções	1-3	10	4-6	15	7-10	20	-	0,6x Faixa
Realizar ajustes de configurações na ferramenta	Arquivo .properties	Quantidade de ajustes	1	3	2	4,5	3	6	-	0,6x Faixa
Realizar integração com serviços de autenticação	Relatório de configuração e/ou Arquivo .properties	Quantidade de integrações	1	3	2	4,5	3	6	-	0,6x Faixa
Realizar proposta de otimização do sistema operacional	Relatório de proposta de otimização	Quantidade de otimizações	1-3	20	4-6	30	7-10	40	-	0,6x Faixa
Realizar proposta de otimização do servidor de aplicação	Relatório de proposta de otimização	Quantidade de otimizações	1-3	25	4-6	37,5	7-10	50	-	0,6x Faixa
Realizar proposta de otimização dos serviços de integração	Relatório de proposta de otimização	Quantidade de otimizações	1-3	20	4-6	30	7-10	40	-	0,6x Faixa

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Realizar proposta de otimização do banco de dados	Relatório de proposta de otimização	Quantidade de otimizações	1-3	25	4-6	37,5	7-10	50	-	0,6x Faixa
Realizar proposta de otimização da storage	Relatório de proposta de otimização	Quantidade de otimizações	1-3	20	4-6	30	7-10	40	-	0,6x Faixa
Realizar proposta de otimização da redes / balanceador	Relatório de proposta de otimização	Quantidade de otimizações	1-3	20	4-6	30	7-10	40	-	0,6x Faixa
Realizar proposta de rotina de backup	Realizar proposta de rotina de backup	Quantidade de serviços	1-3	10	4-6	15	7-10	20	-	0,6x Faixa
Realizar teste de stress e performance	Relatório de teste de stress e performance	Quantidade de serviços	1-3	40	4-6	60	7-10	80	-	0,6x Faixa

Perfis profissionais do serviço de apoio à Infraestrutura:

Analista de Infraestrutura

Gerente de Projetos

2 - Serviço de Arquitetura da Informação

A utilização deste serviço deverá ser adotada para apenas um Portal Web de cada vez em específico. Desta forma, havendo mais de um Portal Web, então este serviço deverá ser contratado de forma recorrente, uma vez para cada Portal Web.

Serão realizadas análises nas informações disponibilizadas pelo cliente ou produtos já em funcionamento para identificar estrutura e massa de informações necessárias ao desenvolvimento de melhorias dos portais.

Atividades que deverão ser realizadas: análise heurística, análise de estatística de uso, análise do inventário atual e métricas de conteúdo, Termo de Demanda de similares, dinâmicas de Workshop, Fluxograma/ Fluxo de Navegação e realizar Briefing.

Após a conclusão de todas as análises, serão propostas novas estruturas de navegação e categorização dos conteúdos, a fim de melhorar a usabilidade do sistema.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Deverão ser entregue projeto de arquitetura da informação específica para o produto contratado (sistema), contendo a organização, hierarquia e categorização das informações levantada, entregues pelo CONTRATANTE e avaliadas pela equipe de analista da CONTRATADA.

Serviço de Arquitetura de Informação

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média x 1,5		Alta x 2		Atualização x 0,6	
			Faixa	UST's	Faixa	UST's	Faixa	UST's	Faixa	UST's
Realizar Briefing	Ata de reunião	Quantidade de entrevistas	1	3	2	5	3	6	-	0,6x Faixa
Realizar análise de inventário atual	Relatório de inventário atual	Quantidade de páginas	1 - 100	80	101 - 300	120	301 - 600	160	-	0,6x Faixa
Realizar análise estatística	Relatório estatístico	Quantidade de dados do Google Analytics	1 - 5	8	6 - 10	12	11 - 15	16	-	0,6x Faixa
Realizar análise de similares	Relatório de similares	Quantidade de sites analisados	1 - 2	3	3 - 4	4,5	5 - 6	6	-	0,6x Faixa
Realizar dinâmicas de Workshop	Relatório de Consolidação das Dinâmicas	Quantidade de dinâmicas	1	21	2	31,5	3	42	-	0,6x Faixa
Elaborar fluxograma/fluxo de navegação	Mapa de Navegação	Quantidade de páginas	1 - 100	31	101 - 300	46,5	301 - 600	62	-	0,6x Faixa

Perfis profissionais de serviço de Arquitetura de Informação:

Gerente de Projetos

Designer de Serviços e Interface

3 - Serviço de Arquitetura de Participação

Constitui serviço de levantamento das ações e iterações dos intervenientes responsáveis pelo uso, administração do conteúdo e gestão dos serviços, conforme levantados na arquitetura da informação e

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

visando a implantação na ferramenta especificada neste Termo, conforme padrão da aplicação.

A aplicação da arquitetura de participação deverá ser adotada para apenas um Portal Web em específico, ou por exemplo um Sistema, sendo CONTRATADA de forma recorrente, se assim for o caso.

Serão realizadas as atividades: Levantamento do fluxo de trabalho atual, definição de perfis, definição de permissões e definição adequada para gestão e administração da ferramenta.

Deverá ser entregue um documento contendo a descrição dos papéis e das configurações necessárias para uso, administração do conteúdo e gestão da solução, conforme levantado na Arquitetura da Informação.

Serviço de Arquitetura de Participação

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média x 1,5			Alta x 2		Atualização x 0,6
			Faixa	UST's	Faixa	UST's	Faixa	UST's	Faixa	
Definir arquitetura organizacional	Relatório de Arquitetura de Participação	Quantidade de áreas/departamentos	1 - 20	15	21 - 40	22,5	41 - 50	30	-	0,6x Faixa
Definir papéis	Relatório de Arquitetura de Participação	Quantidade de papéis	1 - 5	25	6 - 10	37,5	11 - 15	50	-	0,6x Faixa
Definir fluxos de aprovação	Relatório de Arquitetura de Participação	Quantidade de papéis	1	20	2	30	3	40	-	0,6x Faixa
Mapear AP definida com AI	Mapa Organizacional	Quantidade de papéis	1 - 100	40	101 - 300	60	301 - 600	80	-	0,6x Faixa

Perfis profissionais do serviço de Arquitetura de Participação:

Gerente de Projetos

Designer de Serviços e Interface

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**4 - Avaliação e Definição da Experiência dos Usuários**

Constitui serviço de identificar fatores visuais, culturais e cognitivos associados a interpretação e posicionamento atual das informações do cliente relacionadas a plataforma ou sistema. Esse posicionamento deve passar por uma comparação sistemática das informações levantadas e o público utilizador, visando levantar e alinhar as necessidades mais evidentes com os aspectos desejados para a apresentação da informação no projeto.

Serão realizadas as atividades: Pesquisa de campo, Entrevistas com usuários, Personas e user stories, Design de interação, criação de wireframes, criação de mapas e jornadas da experiência do usuário, e definir, acompanhar e otimizar métricas de sucesso.

Deverá ser entregue relatório com a análise de experiência do usuário no sistema atual ou similar, apresentando uma relação de pontos fortes e problemas identificados, que devem acompanhar sugestões a serem adotadas para o projeto da nova solução, sempre seguindo como parâmetro os padrões e possibilidade da ferramenta adotada.

Deverá ser entregue o resultado das dinâmicas realizadas para a avaliação e definição da experiência do usuário a ser observada e seguida no projeto gráfico.

Serviço de Avaliação e Definição da Experiência do Usuário										
Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média x 1,5		Alta x2		Atualização x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Realizar pesquisa de campo	Relatório de resultado de pesquisa	Quantidade de entrevistados	1 - 5	25	6 - 10	37,5	11 - 15	50	-	0,6x Faixa
Definir personas e user stories	Relatório de personas e User Stories	Quantidade de personas	1 - 5	40	6 - 10	60	11 - 15	80	-	0,6x Faixa
Criar wireframes	Wireframe	Quantidade de telas	1	5	2	7,5	3	10	-	0,6x Faixa
Realizar dinâmicas de jornada de experiência de usuário	Mapas e jornadas de experiência dos usuários	Quantidade de dinâmicas	1	25	2	37,5	3	50	-	0,6x Faixa

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Realizar testes de usuários	Relatório de resultado dos testes	Quantidade de testes aplicados	1	12	2	18	3	24	-	0,6x Faixa
-----------------------------	-----------------------------------	--------------------------------	---	----	---	----	---	----	---	------------

Perfis profissionais do serviço de avaliação e definição da experiência do usuário:

Gerente de Projetos

Designer de Serviços e Interface

5 - Projeto de Interface Gráfica com Interface Adaptativa

Este serviço deverá constituir-se na composição dos elementos visuais de interação, navegação e comunicação de forma a criar uma identidade visual para a nova solução.

Deverão ser entregues os wireframes que definem os principais modelos de disposição das informações, de acordo com quantidade disponível de UST's.

Deverá ser entregue, proposta da interface gráfica de acordo com os wireframes levantados, podendo esta ser revisada, até, no máximo 2 (duas) vezes.

Deverá ser entregue guia de estilo, contendo todas as medidas, fontes tipográficas e padrão cromático utilizados na proposta aprovada.

Este serviço deverá constituir-se também na composição dos elementos visuais de interação, navegação e comunicação para computadores e dispositivos móveis do tipo Tablets ou Smartphones, de forma a criar uma identidade visual adaptativa para a solução.

Deverão ser entregues a quantidade de wireframes suficientes que comporte a quantidade de USTs para este item, contabilizados pelo catálogo de serviços.

Deverá ser entregue, proposta da interface gráfica de acordo com os wireframes levantados, podendo esta ser revisada, até, no máximo 2 (duas) vezes.

Deverá ser entregue guia de estilo, contendo todas as medidas, fontes tipográficas e padrão cromático utilizados na proposta aprovada.

Todas as definições de Design da Informação devem ser baseadas nos padrões W3C e WCAG, padrões internacionais de codificação e apresentação de conteúdo WEB, podendo ser utilizado também o padrão E-MAG.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC**Serviço de Projeto de Interface Gráfica com Interface Adaptativa**

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média x 1,5		Alta x 2		Atualização x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Criar proposta visual da interface	Tela estática	Quantidade de componentes	1 - 5	12	6 - 10	18	11 - 15	24	-	0,6x Faixa
Criar proposta visual da interface adaptativa	Tela estática	Quantidade de componentes	1 - 5	14	6 - 10	21	11 - 15	28	-	0,6x Faixa
Criar proposta visual de interface interativa	Arquivo. fig	Quantidade de interações	1 - 5	20	6 - 10	30	11 - 15	40	-	0,6x Faixa
Criar proposta visual de interface interativa adaptativa	Arquivo. fig	Quantidade de interações	1 - 5	22	6 - 10	33	11 - 15	44	-	0,6x Faixa
Especificar Guia de Estilos	Documento de Guia de Estilos	Quantidade de componentes	1 - 5	50	6 - 10	75	11 - 15	100	-	0,6x Faixa

Perfis profissionais do serviço de Interface Gráfica com Interface Adaptativa:

Gerente de Projetos

Designer de Serviços e Interface

6 - Serviço de Implantação do Design da Informação e das Arquiteturas

Deverá ser criado o tema para aplicação na ferramenta, visando a implantação da interface gráfica da solução definida na Arquitetura da informação de forma a se adaptarem aos computadores e dispositivos móveis do tipo Tablets ou Smartphones.

Deverá ser entregue o plugin contendo as estruturas de interface como HTML, CSS e Javascript que

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

deverão atender as especificações do projeto de Design da Informação.

Deverá ser realizado as configurações necessárias nas páginas para funcionamento da solução de acordo com a quantidade de USTs estimadas.

Caso haja necessidade de alteração no comportamento funcional padrão dos aplicativos, isso será compreendido como um desenvolvimento.

O plug-in entregue deverá ser suportado, no mínimo, pelos seguintes browsers e suas versões:

Microsoft Internet Explorer versão vigente da data da contratação; Mozilla Firefox Versão 20 ou superior;

Google Chrome Versão 25 ou superior; Apple Safari versão 6 ou superior.

Deverá ser feita a aplicação de todas as políticas levantadas na Arquitetura de Participação para o uso, administração do conteúdo e gestão dos serviços, na plataforma especificada.

Para cada Implantação da Arquitetura de Participação, deverá ser definida uma organização, assim como seu escopo para o gerenciamento e compartilhamento das informações.

Deverão ser criadas as definições de papéis, permissões, grupos de usuários e aplicativos padrões que forem definidos na arquitetura da informação.

Deverá ser configurado o processo do fluxo de aprovação da informação, conforme definido na arquitetura de participação utilizando o fluxo padrão da ferramenta.

Caso haja necessidade de criação de processo de fluxo de aprovação da informação, isso será compreendido como um desenvolvimento.

Serviço de Implantação do Design e das Arquiteturas										
Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média x 1,5		Alta x 2		Atualização x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Criar e configurar páginas	Arquivo .LAR	Quantidade de páginas	1 - 5	14	6 - 10	21	11 - 15	28	-	0,6x Faixa


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Adicionar e configurar portlets	Arquivo.LAR	Quantidade de portlets	1 - 5	2	6 - 10	3	11 - 15	4	-	0,6x Faixa
Criar e configurar usuários	Arquivo .LAR	Quantidade de usuários (3 pessoas)	1 - 5	12	6 - 10	18	11 - 15	24	-	0,6x Faixa
Criar e configurar grupo	Arquivo .LAR	Quantidade de grupos	1 - 5	2	6 - 10	3	11 - 15	4	-	0,6x Faixa
Configurar permissão de grupo	Arquivo .LAR	Quantidade de permissões	1 - 5	2	6 - 10	3	11 - 15	4	-	0,6x Faixa
Criar papéis e permissões	Arquivo .LAR	Quantidade de papéis (Gestor de Agenda Global)	1 - 5	8	6 - 10	12	11 - 15	16	-	0,6x Faixa
Criar fluxo de aprovação	Arquivo .XML	Quantidade de regras	1 - 3	24	4 - 6	36	7 - 9	48	-	0,6x Faixa
Criar arquitetura de tema	Código fonte e Arquivo .WAR	Quantidade tipos de página	1 - 2	60	3 - 4	90	5 - 6	120	-	0,6x Faixa
Estilizar componentes específicos	Código fonte e Arquivo .WAR	Quantidade de componentes	1	35	2	52,5	3	70	-	0,6x Faixa
Criar campos de configuração no tema	Código fonte e Arquivo .WAR	Quantidade de campos	1 - 2	12	3 - 4	18	5 - 6	24	-	0,6x Faixa
Criar interação no tema	Código fonte e Arquivo .WAR	Quantidade de interações	1	35	2	52,5	3	70	-	0,6x Faixa
Criar media-query de responsividade	Código fonte e Arquivo .WAR	Quantidade de componentes	1 - 5	20	6 - 10	30	11 - 15	40	-	0,6x Faixa
Criar layout templates	Código fonte e arquivo	Quantidade de layout	1	12	2	18	3	24	-	0,6x Faixa
Criar estrutura dinâmica de dados	Arquivo JSON	Quantidade de campos	1 - 5	6	6 - 10	9	11 - 15	12	-	0,6x Faixa
Criar modelo de exibição de conteúdo	Arquivo Freemarker ou Velocity	Quantidade de customizações (Ex: Javascript)	0	18	1	27	2	36	-	0,6x Faixa

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Criar componente	Código fonte	Quantidade de componentes	1 - 2	20	3 - 4	30	5 - 6	40	-	0,6x Faixa
------------------	--------------	---------------------------	-------	----	-------	----	-------	----	---	------------

Perfis profissionais dos serviços de Implantação do Design e das Arquiteturas:

Gerente de Projetos

Desenvolvedor de Front-End

Desenvolvedor Liferay

7 - Criação, Customização, Adaptação e Evolução de Portlets para Solução contratada

A CONTRATADA deverá:

Integrar sistemas corporativos web à nova solução por meio de portlets utilizando recursos de integrações como, por exemplo, webservices.

Criar, implantar, manter e evoluir portlets e outros componentes que possam ser utilizados na solução.

Criar, implantar manter e evoluir modelos de exibição de portlets (ADTs) que possam ser utilizados na solução.

A CONTRATADA deverá entregar o código fonte, o arquivo executável e demais componentes do portlet.

A Criação, Customização e Evolução de portlet deverá adotar as melhores práticas de desenvolvimento na referida ferramenta.

Serviço de Criação, Adaptação e Evolução de Portlets*

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média x 1,5		Alta – x 2		Atualização – x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Criar ADT (Modelo de exibição de portlets)	Arquivo Freemarker ou Velocity	Quantidade de informações que não estão no contexto do publicador de conteúdo	0 - 1	16	2	24	3	32	-	0,6x Faixa
Criar web service Liferay	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de operações	1	60	2	90	3 - 4	120	-	0,6x Faixa
Criar plugin para consumir web service externo	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de recursos	1	90	2	135	3	180	-	0,6x Faixa
Customizar busca	Arquivo .LAR	Quantidade de facetar	1	24	2	36	3	48	-	0,6x Faixa
Criar visualização do portlet	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de recursos	1	32	2	48	3	64	-	0,6x Faixa
Criar API de configuração do portlet	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de APIs	1 - 2	36	2 - 3	54	5 - 6	72	-	0,6x Faixa
Criar preferência do portlet	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de preferências (entradas)	1 - 3	32	4 - 6	48	7 - 10	64	-	0,6x Faixa
Criar regras de negócio do portlet	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de regras	1 - 3	36	4 - 6	54	7 - 10	73	-	0,6x Faixa
Criar entidade com o Service Builder	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de Entidades	1	12	2	18	3	24	-	0,6x Faixa
Criar métodos de serviço do Service Builder	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de métodos customizados das entidades do ServiceBuilder	1 - 2	8	3 - 4	12	5 - 6	16	-	0,6x Faixa
Criar Queries customizadas	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de Queries customizados	1 - 2	10	3 - 4	15	5 - 6	20	-	0,6x Faixa
Criar indexação da entidade no	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de entidades indexadas	1	12	2	18	3	24	-	0,6x Faixa


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Elastic Search										
Criar integração com banco de dados externo	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de entidades	1	12	2	18	3	24	-	0,6x Faixa
Criar serviço de schedule	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de serviços	1	10	2	15	3	20	-	0,6x Faixa
Criar integração com entidades do Liferay	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de entidades do Liferay	1	10	2	15	3	20	-	0,6x Faixa
Criar ações de visualização do portlet	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de ações	1 - 2	8	3 - 4	12	5 - 6	16	-	0,6x Faixa
Criar upgrade Step do Service Builder	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de upgrades	1	10	2	15	3	20	-	0,6x Faixa
Criar integração com o serviço de Email do Liferay	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de integrações	1	8	2	12	3	16	-	0,6x Faixa
Criar integração com o Message Listener do Liferay	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de integrações	1	10	2	15	3	20	-	0,6x Faixa
Criar integração de entidade do service builder com o workflow do Liferay	Código fonte e Arquivo .jar	Quantidade de integrações	1	10	2	15	3	20	-	0,6x Faixa
Modificar arquivo ext.properties	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de configurações	1 - 3	16	4 - 6	24	7 - 10	32	-	0,6x Faixa
Modificar JSP nativo	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de modificações	1 - 3	36	4 - 6	54	7 - 10	72	-	0,6x Faixa

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Modificar classe nativa	Código fonte e Arquivo .JAR	Quantidade de classes	1	36	2	54	3	72	-	0,6x Faixa
Criar integrações customizadas	Código fonte	Quantidade de integrações	1	90	2	135	3	180	-	0,6x Faixa
Criar endpoint	Código fonte e documentação técnica	Quantidade de endpoints	1 - 3	145	4 - 6	217,5	7 - 10	290	-	0,6x Faixa

* Portlet: Peça de Software ou sistema inteiro integrado à Plataforma.

Perfis profissionais dos serviços de Criação, Adaptação e Evolução de Portlets:

Gerente de Projetos

Desenvolvedor de Front-End

Desenvolvedor Liferay

8 - Migração de Conteúdo Web

A CONTRATADA deverá:

Migração de conteúdo (imagens, arquivos, conteúdos textuais, etc) da plataforma atual de provimento de conteúdo para a plataforma Liferay Community Edition 7.4.

Elaborar documentação técnica com subsídio à transferência de conhecimento e continuidade dos serviços.

Possibilidade de desenvolvimento de aplicativos para automatização de migração do conteúdo de acordo com a fonte de dados solicitada pelo o CONTRATANTE.

Possuir recurso capaz de importar conteúdos externos, tais como Word, Excel, PDF e XML e demais que existam na arquitetura tecnológica no CONTRATANTE, para a publicação através da solução de gestão de conteúdo, permitindo definir as regras de conversão do formato original para o formato padrão da solução.

Serviço de Migração de Conteúdo

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média x 1,5		Alta x 2		Atualização x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Mapear migração	Mapa mental DE-PARA	Quantidade de páginas	1-100	90	101-200	135	201-300	180	-	0,6x Faixa
Migrar de forma automatizada	Relatório conteúdos migrados	Quantidade de conteúdos	1-1000	130	1001-2000	195	2001-3000	260	-	0,6x Faixa
Migrar manualmente		Quantidade de conteúdos	1-100	50	101-200	75	201-300	100	-	0,6x Faixa

Perfil profissional dos serviços de Migração de Conteúdo:

Gerente de Projetos

Designer de Serviços e Interface

Desenvolvedor de Front-End

Desenvolvedor Liferay

9 - Serviço de apoio ao setor de Comunicação, sob demanda

A CONTRATADA deverá:

Fornecer especialista de prevenção e gerenciamento de crises:

Montar Estratégia de comunicação - gerenciar, articular, documentar, acompanhar e entender plenamente as necessidades da CONTRATANTE, com o objetivo de transformá-la em um Produto/Demanda ou Serviço especificado com qualidade. Deve garantir a qualidade técnica da entrega e a manutenção de todos os produtos e serviços executados no âmbito da contratação;

Realizar avaliação de percepção de imagem - Planejamento e elaboração de avaliação de percepção de imagem com os públicos de relacionamento, visando à identificação de assuntos sensíveis, tendências e percepções sobre a CONTRATANTE;

Construir Mapa de influenciadores - Identificação e qualificação de jornalistas e outros formadores de opinião (como as lideranças locais) que influenciam as percepções do cidadão e produzem informações sobre a CONTRATANTE;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Diagnosticar a matriz estratégica - Levantamento de informações e análise dos ambientes e cenários internos e externos;

Implantar um Plano estratégico de ações de comunicação;

Além disso, atendimento de demandas de comunicação da autarquia, elaboração de briefings e coletivas.

Fornecer Especialista de Ação de Relações Públicas Digitais:

Planejamento de ações institucionais para relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais.

Elaboração de texto em língua portuguesa público externo das redes sociais, a partir de consultas a fontes oficiais (autoridades e/ou técnicos de órgãos públicos nas diversas esferas e poderes), Monitoramento de conteúdo em redes sociais, Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais, Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais.

Fornecer Especialista em Edição e Editoração de imagens e vídeos:

Reportagem em vídeo (Vídeo release) - O vídeo e reportagem elaborado a partir de um briefing e pauta previamente aprovados. A edição do material bruto é feita a partir de um roteiro. Os personagens e profissionais envolvidos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral em arquivo texto. O custo deverá prever a equipe necessária para a produção do mesmo.

Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais) - Vídeo para captação de um ou mais depoimentos sobre tema específico. Elaborado a partir de briefing e pauta previamente aprovados. A edição do material bruto é feita a partir de um roteiro aprovado pela CONTRATANTE. Os personagens e profissionais envolvidos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral. O custo deverá prever a equipe necessária para a produção do mesmo.

Podcast (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias sociais) - Captação e edição de áudio, a partir de um briefing e pauta previamente aprovados. O áudio poderá ser disponibilizado na internet ou enviado para emissoras de rádios.

Banco de mídia - Criação, gerenciamento e armazenamento, por meio de sistema online, da produção de vídeos, fotografias e áudios.

Especialista de Diagramação e Apresentação Eletrônica: Projeto editorial.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Especialista em Atendimento: Atendimento à imprensa e demais atividades da Área de Comunicação do Órgão.

Serviço de Editoração de Conteúdo

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média – Baixa x 1,5		Alta – Baixa x 2		Atualização – Baixa x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Realizar análise e proposta de publicação	Relatório de proposta de alterações nos conteúdos	Quantidade de conteúdos	1-50	130	51-100	195	101-150	260	-	0,6x Faixa
Alterar conteúdo	Relatório de conteúdos alterados	Quantidade de conteúdos	1-50	60	51-100	90	101-150	120	-	0,6x Faixa
Prevenção e Gerenciamento de Crises	Garantir a qualidade técnica da entrega e a manutenção de todos os produtos e serviços	Quantidade de relatórios gerenciais	1-3	182	4-8	273	9-12	364		0,6x Faixa
Relações Públicas Digitais	Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais	Quantidade de conteúdos de multimídia	1-3	182	4-8	273	9-12	364		0,6x Faixa
Edição e criação de vídeos e imagens	Banco de mídia - Criação, gerenciamento e armazenamento, por meio de sistema online	Quantidade de conteúdos digitais	1-20	80	21-40	120	41-60	160		0,6x Faixa
Publicação e edição do portal	Diagramação de apresentações eletrônicas	Quantidade de conteúdos	1-3	158	4-8	237	9-15	316		0,6x Faixa
Atendimento à imprensa	Relatórios de atendimento	Quantidade de atendimentos	1-10	71	11-20	107	21-30	142		0,6x Faixa
Monitoramento de redes sociais	Relatórios de informações monitoradas nas redes sociais	Quantidade de relatórios	1-2	182	3-4	273	5-6	364		0,6x Faixa

Perfil profissional dos serviços de editoração de conteúdo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Profissional de Estratégia de Comunicação

Assessoria de Imprensa - Atendimento de Demandas de Veículos de Comunicação

10 - Serviços de Treinamentos na Plataforma Liferay

Serão turmas de até 10 (dez) alunos cada.

Os cursos serão realizados em local próprio da CONTRATADA.

Treinamento em fundamentos de utilização da Plataforma Liferay, por turma.

Este treinamento será destinado a todos os usuários da plataforma Liferay e deverá contemplar carga horária mínima de 16 horas:

visão geral do Liferay;

gerenciamento de usuários;

produção de conteúdos;

workflow;

perfis e permissões.

Treinamento em gerenciamento de conteúdo na Plataforma Liferay, por turma.

Este treinamento será destinado aos responsáveis pelo gerenciamento de conteúdo, com conhecimento da utilização da Plataforma Liferay e deverá contemplar carga horária mínima de 16 horas:

criação de conteúdo básico;

application display templates e staging;

versionamento do site; e

criação de processo ou fluxo para publicação de conteúdo.

Treinamento em desenvolvimento básico na Plataforma Liferay, por turma.

Este treinamento será destinado aos desenvolvedores com experiência em desenvolvimento com Java e Servlets e deverá contemplar carga horária mínima de 16 horas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

fundamentos necessários para a construção de plug-ins no Liferay Portal;

conceitos primordiais sobre o desenvolvimento de portlets;

customizar a plataforma através de Hooks, Ext plugins, Layouts e Temas;

introdução ao Service Builder, para utilização de APIs;

utilização de ADT (Application Display Templates), funcionalidade do Liferay que permite personalizar a exibição de sua aplicação.

Treinamento em administração de sistemas na Plataforma Liferay, por turma.

Este treinamento será destinado aos administradores do sistema e configuração da infraestrutura, com conhecimento dos fundamentos de utilização da plataforma Liferay; e deverá contemplar carga horária mínima de 16 horas:

configurar e preparar a implantação do Liferay;

explorar as ferramentas necessárias para melhorar o desempenho do portal;

clustering e gerenciamento de plugins.

Treinamento em criação de temas na Plataforma Liferay, por turma.

Este treinamento será destinado aos profissionais responsáveis pela personalização da aparência do Liferay, com experiência em gerenciamento de conteúdo, desenvolvimento em HTML e CSS e deverá contemplar carga horária mínima de 8 horas:

organização e código de um tema;

bootstrap através do AlloyUI;

configurações de variáveis no tema;

modificação de página e construção de um layout responsivo;

Treinamento em desenvolvimento avançado na Plataforma Liferay, por turma.

Este treinamento será destinado aos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento da plataforma Liferay, com experiência em desenvolvimento Java e Servlets e deverá contemplar carga horária mínima de 24 horas, fundamentos avançados para desenvolvimentos no Portal Liferay, dentre eles:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

fundamentos avançados para desenvolvimentos no Portal Liferay;

desenvolvimento de APIs privadas, utilizando Service Builder, com criação, consulta, atualização e exclusão; e

desenvolvimento de APIs REST, utilizando Service Builder.

Treinamentos

Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média – Baixa x 1,5		Alta – Baixa x 2		Atualização – Baixa x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Treinamento em fundamentos de utilização da Plataforma Liferay	Lista de Presença	Quantidade de alunos	1-2	28	3-4	42	5-6	56	-	0,6x Faixa
Treinamento em gerenciamento de conteúdo na Plataforma Liferay	Lista de Presença	Quantidade de alunos	1-2	32	3-4	48	5-6	64	-	0,6x Faixa
Treinamento em desenvolvimento básico na Plataforma Liferay	Lista de Presença	Quantidade de alunos	1-2	97	3-4	145,5	5-6	194		0,6x Faixa
Treinamento em administração de sistemas na Plataforma Liferay	Lista de Presença	Quantidade de alunos	1-2	75	3-4	112,5	5-6	150		0,6x Faixa
Treinamento em criação de temas na Plataforma Liferay	Lista de Presença	Quantidade de alunos	1-2	65	3-4	97,5	5-6	130		0,6x Faixa
Treinamento em desenvolvimento avançado na Plataforma Liferay	Lista de Presença	Quantidade de alunos	1-2	97	3-4	145,5	5-6	194		0,6x Faixa

Perfis dos profissionais que irão ministrar os treinamentos:

Gerente de Projetos

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Designer de Serviços e Interface

Desenvolvedor de Front-End

Desenvolvedor Liferay

11- Serviço de criação e desenvolvimento de aplicativos móveis

Constitui este serviço a criação e desenvolvimento de aplicativos móveis para sistemas operacionais Android e IOS.

Podem ser realizadas as atividades: Criar gestão de notificação, Criar notificações push, Criar busca, Criar integração com serviço externo, Criação de login, Realizar publicação de aplicativo na lojas e Estilizar Tela.

Para cada atividade executada deverá ser entregue o código fonte elaborado, exceto para a realização de publicação de aplicativo na loja, que deverá ser entregue um relatório de publicação.

Caso haja necessidade de criação de processo de fluxo de aprovação da informação, isso será compreendido como um desenvolvimento.

Serviço de criação e desenvolvimento de aplicativos móveis										
Atividades	Entregáveis	Critérios de Complexidade	Baixa		Média – Baixa x 1,5		Alta – Baixa x 2		Atualização – Baixa x 0,6	
			Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs	Faixa	USTs
Criar gestão de notificação	Código fonte	Quantidade de Tipos de Notificações	1	60	2	54	3	72	-	0,6x Faixa
Criar notificações push	Código fonte	Quantidade de Tipos de Notificações	1 - 2	36	2 – 3	54	5 - 6	72	-	0,6x Faixa
Criar busca	Código fonte	Quantidade de Campos	1 - 2	36	2 – 3	135	5 - 6	180	-	0,6x Faixa
Criar integração com serviço externo	Código fonte	Quantidade de recursos	1	90	2	90	3	120	-	0,6x Faixa
Criação de login	Código fonte	Quantidade de Integrações	1	60	2	90	3	120	-	0,6x Faixa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Realizar publicação de aplicativo na lojas	Relatório de publicação	Quantidade de Aplicativos	1	60	2	217,5	3	290	-	0,6x Faixa
Estilizar Tela	Código fonte	Quantidade de regras	1 - 3	145	4 – 6	54	7 - 10	72	-	0,6x Faixa

Perfis dos profissionais de criação e desenvolvimento de aplicativos móveis

Gerente de Projetos

Desenvolvedor Mobile IOS / ANDROID



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

ANEXO 5 – QUALIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS

Com vistas ao atendimento da prestação de serviços a CONTRATADA deverá dispor de pessoal qualificado dentro de cada perfil profissional, com documentação a ser apresentada em até 10 dias após assinatura de Contrato.

A comprovação dos perfis dos profissionais que vierem a ser alocados à prestação de serviços, mediante ordem de serviço (OS), além da apresentação do respectivo Curriculum Vitae, será feita da seguinte maneira:

Experiência – Currículo sendo necessárias referências aos campos de atuação requeridos, conforme especificado na descrição do perfil.

Diploma – cópia do diploma de conclusão de curso de nível superior devidamente registrado, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). No caso de conclusão de curso de ensino superior no exterior, diploma devidamente validado por instituição reconhecida pelo MEC.

Certificado – cópia do certificado.

Além dos requisitos mencionados em cada perfil, são desejadas, conforme a atividade a ser desempenhada, as seguintes habilidades: liderança, capacidade de trabalhar em equipe; capacidade de negociação; atenção; proatividade; bem como habilidade de comunicação oral e escrita.

Todos os aspectos de recrutamento, verificação dos currículos, seleção, avaliação de conhecimentos e habilidades, contratação e gestão de pessoas envolvidos na prestação de serviços são encargos exclusivos da CONTRATADA.

Para o desenvolvimento dos serviços descritos no neste documento, é imprescindível que a equipe a ser disponibilizada conte com, pelo menos, os seguintes perfis profissionais mínimos obrigatórios, a depender da etapa a ser demandada da lista de serviços:

1 - GERENTE DE PROJETOS:

Profissional que estará à frente da equipe da empresa, respondendo pelo andamento da prestação de serviços, organizando os trabalhos, orientando as equipes técnicas, coordenando atividades, avaliando, interpretando, apresentando os resultados obtidos e participando de reuniões gerenciais com a equipe da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Contratante.

Requisitos: possuir diploma de graduação em curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação e possuir experiência mínima de 5 (cinco) anos em serviços de gerenciamento de equipes e projetos.

Atribuições:

Profissional responsável por identificar, propor e implementar melhores práticas e melhorias nos processos de gerenciamento de projetos.

Monitorar o desenvolvimento dos projetos.

Publicar Indicadores relativos aos projetos.

Capacitar na metodologia e nas ferramentas de gerenciamento de projetos.

Alertar sobre desvios significativos que possam comprometer o desenvolvimento/sucesso dos projetos.

Apoiar na identificação, gerenciamento e mitigação dos riscos envolvidos nos projetos.

Apoiar na execução de processos de garantia e controle da qualidade para assegurar uma solução com um nível de qualidade aceitável.

Dar suporte aos gerentes de projetos em relação a metodologias e práticas de gerenciamento de projetos.

Disponibilizar informações e recomendações que irão auxiliar na priorização e tomadas de decisões em projetos.

Organizar a estrutura de padrões referentes ao gerenciamento de projetos;

Disponibilizar informações sobre os projetos através de relatórios gerenciais.

Elaborar projetos em conjunto com as áreas técnicas, alinhados as necessidades estratégicas da Contratante.

Planejar e participar da implantação das seguintes disciplinas de gerenciamento de projetos: metodologia de gestão de projetos, capacitação, fórum de projetos, gestão de mudanças e gerência de carteira de projeto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Avaliar mudanças nos projetos, analisando sua aplicação e impacto.

Elaborar relatórios de progresso do projeto com informações específicas do projeto.

Apoiar o gerenciamento do escopo, o cronograma, o custo e a qualidade dos produtos dos pacotes de trabalho.

Promover o desenvolvimento da equipe.

Acompanhar a execução dos projetos conforme os planos e cronogramas, apresentando as atualizações sempre que necessário.

Escolaridade:

Diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em engenharia, administração, economia, informática, ciências da computação ou análise de sistemas, ou de curso superior de tecnólogo em processamento

de dados, rede de comunicação de dados/computadores, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

Experiência:

Mínima de 3 anos.

Certificações obrigatórias:

Certificação PMP – Project Management Professional, emitido pelo PMI Project Management Institute.

2 - ANALISTA DE INFRAESTRUTURA:

Profissional responsável pela instalação, configuração, monitoramento e manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento na ferramenta Liferay;

Requisitos: possuir diploma de graduação em curso de nível superior de Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia da Computação ou qualquer outro curso na área de Tecnologia da Informação reconhecido pelo Ministério da Educação e experiência de no mínimo 5 anos de trabalho em serviços de administração de sistemas ou suporte à infraestrutura e 3 ano de trabalho em serviços de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

administração de ambientes Liferay.

Todos os serviços de apoio à infraestrutura dos ambientes Liferay possuem grau de complexidade alto.

3 - DESIGNER DE SERVIÇOS E INTERFACE:

Profissional responsável pela imersão na realidade de seus clientes a fim de identificar, projetar soluções de serviços que lhes proporcionem a melhor experiência possível para a superação dos problemas identificados e responsável pelo projeto de interfaces visuais criativas, acessíveis, informativas e objetiva.

Perfil requerido para execução dos serviços de Arquitetura de Informação, Arquitetura de Participação, Projeto de Interface gráfica, Projeto de Interface adaptativa e Avaliação e definição de experiência de usuário.

Designers de Serviço e Interface deverão possuir diploma de graduação em curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação e comprovar o mínimo de 3 (três) anos de experiência em trabalhos referentes à prática do Design Thinking, Design de Serviços ou Design Centrado no Usuário e projeto de interfaces digitais, design gráfico, data visualization, user experience (UX) e web design.

4 - DESENVOLVEDOR DE FRONT-END:

Profissional responsável pela construção de protótipos funcionais e interfaces digitais em HTML, CSS e Javascript.

Perfil requerido para execução dos serviços: Serviço de Implantação do Design da Informação com Interface Adaptativa, Serviço de Implantação do Design da informação e da Arquitetura de Informação;

Sua atuação se dará em parceria à equipe de Design de Interface com o intuito de materializar em código as propostas de interface visual projetadas para cada um dos serviços identificados.

Os Desenvolvedores de Front-End deverão possuir diploma de graduação em curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação e experiência de no mínimo 3 anos de trabalho em serviços de programação de interfaces Web e mínimo de 1 ano de trabalho em serviços de customização de interfaces na plataforma Liferay Community Edition.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

5 - DESENVOLVEDOR BACK-END:

Profissional responsável pela implementação de scripts de integração ou componentes de customização e extensão para a plataforma Liferay Community Edition.

Perfil requerido para execução dos serviços de Criação, adaptação e Evolução de portlets para Solução e migração de conteúdo.

Sua atuação se dará em parceria à equipe de Desenvolvedor Front-End com o intuito de prover-lhes de forma automatizada todos os dados e informações necessários ao comportamento dinâmico das interfaces digitais em desenvolvimento.

Os Desenvolvedores Liferay Community Edition deverão possuir diploma de graduação em curso de nível superior de Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia da Computação ou qualquer outro curso na área de Tecnologia da Informação reconhecido pelo Ministério da Educação e experiência de no mínimo 5 anos de trabalho em serviços de desenvolvimento de software, 3 anos de trabalho em serviços de programação Java e 1 ano de trabalho em serviços de desenvolvimento de componentes para a plataforma Liferay Community Edition.

É requerido ao menos 1 desenvolvedor que possua Certified Back-End Developer.

6 - PROFISSIONAL DE ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO:

Profissional responsável pelo Plano estratégico de comunicação corporativa do CONTRATANTE, baseado no diagnóstico e na matriz estratégica, abrangendo os seguintes pontos:

Definição dos objetivos estratégicos do plano.

Proposição e validação das mensagens-chave a serem transmitidas pelo órgão/entidade junto a seus públicos.

Proposição e validação de política de porta-vozes: identificação dos membros da instituição que poderão representá-la formalmente; dos temas a serem abordados pelos porta-vozes; da abrangência das informações a serem repassadas e das formas de aplicação das mensagens-chave.

Recomendação de ações e eventos com vistas a atingir os objetivos do CONTRATANTE.
Recomendação de treinamento de porta-vozes e indicação do escopo do treinamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Cronograma de realização das ações propostas.

Dessa atuação espera-se obter o Plano estratégico de comunicação corporativa do CONTRATANTE, nas versões impressa e digital. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Aderência e alinhamento do Plano às diretrizes do Governo local;
- Abrangência e sua aplicabilidade.
- Qualidade da apresentação das informações nos documentos.

Assessoria de Imprensa - Atendimento de Demandas de Veículos de Comunicação:

Desenvolvimento de atividades sob demanda, no atendimento, recebimento, tratamento e resposta às solicitações de veículos de comunicação nacionais, regionais e internacionais. Inclui as seguintes atividades:

- Atendimento telefônico, por e-mail ou por outros meios eletrônicos.
- Atendimento presencial.
- Consulta a fontes.

Elaboração de press-releases, notas, artigos, respostas e outros conteúdos. Envio de press-releases, notas, artigos, respostas e outros conteúdos; Atualização do mailing a partir do contato realizado.

Produção de Conteúdo - Elaboração de Texto em Língua Portuguesa: Elaboração e revisão de textos jornalísticos ou institucionais direcionados ao público interno ou externo, a partir de consultas a fontes oficiais (autoridades e/ou técnicos de órgãos públicos nas diversas esferas e poderes), representantes do setor privado, especialistas, bem como relatórios e outros documentos governamentais, livros, websites, estudos acadêmicos, publicações de entidades setoriais, pesquisas estatísticas e outros conteúdos e publicações impressos ou eletrônicos. Os textos produzidos poderão ser utilizados como press-releases, notas à imprensa, notícias na intranet, avisos de pauta, artigos de opinião, ambiente digital, posicionamentos (position paper), briefing, manuais, cartilhas, dossiês, textos institucionais para publicações e/ou apresentações, guia de perguntas e respostas, mensagens-chave, entre outros.

Entregas: Texto produzido e revisado com indicação das fontes consultadas. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

- Cumprimento do prazo.
- Adoção das fontes e insumos fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Tempestividade no atendimento e na resposta às necessidades e/ou problemática apresentada pelo CONTRATANTE.
- Qualidade dos textos quanto à ortografia e a legislação.
- Confiabilidade das fontes.

Edição de Texto em Língua Portuguesa: Edição de textos elaborados ou originários de fontes oficiais.

Entregas: Texto editado. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Utilização das fontes e insumos fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Tempestividade no atendimento ou na resposta às necessidades e/ou problemática apontada pelo CONTRATANTE.
- Observância das normas de correção ortográfica e a legislação. Cumprimento do prazo.

Ação de Relações Públicas Digital - Conteúdo Multimídia para Relacionamento em Ambientes Digitais: Produção e publicação de textos, posts para ambientes digitais tais como redes sociais, blogs, sítios, intranet, entre outros, a partir de pauta previamente aprovada. Envolve a criação do texto, edição de imagens e vídeos, produção em animação 2D, locução, legendas, roteiros e tagueamento.

Entregas: Relatório mensal com listagem e visão consolidada das tarefas realizadas. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Utilização das fontes e insumos fornecidos pelo CONTRATANTE;
- Tempestividade no atendimento e nas respostas às necessidades e/ou problemática apontada pelo CONTRATANTE;
- Observância das normas ortográficas e da legislação;
- Aderência às diretrizes de comunicação digital do Governo local;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

- Utilização de fontes confiáveis.
- Características consideradas na classificação da complexidade: Volume de produção de conteúdo.

Design Aplicado à Produção de Conteúdo - Projeto Gráfico: Definição das características visuais de uma peça de design, impressa ou eletrônica (Ex: livros, jornais, revistas e suas versões eletrônicas ou webs, newsletters, entre outras), como formato, elementos gráficos (fotos, ilustrações, grafismos), títulos e fontes utilizadas. Deve organizar o conteúdo e dar destaque à leitura, atendendo às necessidades editoriais indicadas no briefing de trabalho.

Entregas: Projeto gráfico detalhado, impresso ou em meio digital. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Aplicabilidade do projeto.
- Adequação aos desafios de comunicação e as necessidades apontadas no briefing.
- Qualidade estética.
- Pertinência ao tema.
- Aderência às diretrizes de comunicação do Governo local.
- Características consideradas na classificação da complexidade:
- Quantidade de páginas.
- Prazo de entrega.

Diagramação/Editoração de Publicações Impressas: Organização do conteúdo e dos elementos gráficos em espaço determinado, em projeto gráfico (leiaute) previamente aprovado, devendo incorporar os princípios do design gráfico para manter a identidade da peça ou publicação.

Entregas: Peça ou publicação diagramada, em arquivo digital, para impressão. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Fidelidade da diagramação ao projeto gráfico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

- Adequação do conteúdo à proposta de trabalho descrita no briefing.

Infográficos Estáticos e/ou Impressos: junção de textos breves com ilustrações explicativas para a melhor compreensão do conteúdo. Esse tipo de recurso contribui para a melhor compreensão de informações e conceitos complexos e são usados para apoiar exposições de mapas e manuais técnicos, educativos ou científicos. Pode combinar fotografia, ilustração e texto.

Entregas:

- Infográfico aprovado, em meio digital.
- Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:
- Cumprimento do prazo.
- Qualidade do desenho final, após a mescla de todas as variáveis (texto e recursos gráficos usados como ponto de partida, fotos, gráficos e ilustrações).
- Clareza e correta hierarquização dos dados expostos.
- Características consideradas na classificação da complexidade:
- Tamanho do infográfico, no que se refere aos recursos utilizados (foto ou ilustração).
- Prazo de entrega.

Ações de Relações de Publicidade - Apoio publicitário: Articular, documentar, acompanhar e entender as necessidades de publicidade e propaganda da CONTRATANTE com o objetivo de transformá-las em briefing para a agência de publicidade contratada. Relacionamento com a área de Comunicação da CONTRATANTE para que todas as regras estipuladas pelo órgão sejam respeitadas e aplicadas no que couber. Criação de campanhas voltadas para públicos externo e interno e que utilizem mão de obra e recursos próprios da CONTRATANTE.

Entregas: Relatório contemplando a listagem das tarefas realizadas, seu detalhamento e status de andamento. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Coerência e clareza do texto de briefing
- Cumprimento da legislação de publicidade de governo e
- Atenção aos prazos de execução da campanha (internas ou externas) e de pagamento dos

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

veículos. - Características consideradas na classificação da complexidade: Não se aplica.

7 - DESENVOLVEDOR MOBILE:

Profissional responsável pela construção de interfaces digitais mobile em Android (kotlin ou java) ou IOS (swift) ou React Native ou Flutter ou experiência com tecnologias correlatas. Perfil requerido para execução dos serviços: Serviço de Implantação do Design da Informação com Interface para dispositivos mobile, integrações e consumos de Api's externas, bem como interações com o dispositivo mobile, notificações e afins. Sua atuação se dará em parceria à equipe de Design de Interface e Desenvolvedores com o intuito de materializar em código as propostas de interface visual projetadas para cada um dos serviços identificados.

Os profissionais incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

8 - ANALISTA DE QUALIDADE:

Profissional responsável por apoiar a gestão da qualidade, atuando nos projetos desde o início, até a entrega final. Esse profissional direciona ações que visam assegurar que o sistema de gestão funcione, criando e executando cenários, reportando bugs e garantindo que todas as operações e processos da CONTRATADA estejam conectados e em conformidade com os requisitos especificados e acordado entre as partes.

Obs: Os profissionais incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.